

MP DO BEM

O pacote de benefícios fiscais foi aprovado no Senado e na Câmara em apenas uma semana. Ele abrange estímulos a empresas exportadoras e de tecnologia, inclusão digital, incentivos ao mercado imobiliário, renegociação de dívidas de prefeituras com a Previdência e duplicação do limite de enquadramento de empresas no Simples.

PÁGINA 16

João Capiberibe perde e retoma mandato em apenas dois dias

PÁGINA 8

ORÇAMENTO

Carlito Merss, relator do projeto do Orçamento, mobiliza a base do governo para votar seu parecer preliminar na comissão mista. Ele anunciou que deverá reservar R\$ 4,3 bilhões para ressarcir os estados exportadores, como determina a Lei Kandir. A proposta enviada pelo Executivo não previa um centavo para essas compensações.

PÁGINA 2

Febre aftosa: ministro anuncia liberação de recursos

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23



Reunião da CPI dos Correios: Osmar Serraglio, Arnaldo Faria de Sá, Delcídio Amaral (C), Carlos Abicalil e Ideli Salvatti

Relator da CPI dos Correios afirma que recursos decorrentes da Bonificação de Volume não foram repassados ao Banco do Brasil e aos Correios

Agências embolsam R\$ 90 milhões do governo. Valério saca R\$ 10 milhões

As agências de publicidade Lowe, Grottera, Ogilvy, DNA Propaganda e D+ se apossaram, nos últimos cinco anos, de R\$ 90 milhões que deveriam repassar ao governo como desconto no pagamento de serviços, segundo afirmou o relator da CPI dos Correios, deputado

Osmar Serraglio. Ficou para esta semana a viagem que comitiva da CPI dos Correios fará aos Estados Unidos em busca dos dados da conta de Duda Mendonça. Na CPI do Mensalão, Marcos Valério disse que R\$ 10 milhões sacados por ele entre 2003 e 2004 foram repassados ao PT.

PÁGINAS 3 A 10

Doação de órgãos



Cirurgia para transferência de fígado no Hospital de Base de Brasília: há 63 mil brasileiros, inscritos no Sistema Nacional de Transplantes, aguardando doações

Falta de doador é obstáculo aos transplantes

Referência internacional no setor, o Brasil realizou no ano passado 14 mil cirurgias para colocação de novos órgãos, só perdendo para os Estados Unidos. O número de transplantes, no entanto, poderia ser muito maior se houvesse mais doadores.

PÁGINA 11

cidadania

Quando a prática da solidariedade pode salvar vidas

PÁGINA 24

agendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagendaagenda

Relator do Orçamento articula votação

Apesar de ser véspera de feriado, o relator do projeto de Orçamento da União, deputado Carlito Merss (PT-SC), está mobilizando a base aliada do governo para votar nesta terça-feira, às 14h30, o seu parecer preliminar na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Além de enfrentar pressões para mudar alguns pontos do relatório, como elevar o valor definido para as emendas individuais – R\$ 4 milhões –, Merss terá de

persuadir a oposição a votar. O PFL, por exemplo, está fazendo obstrução informal na comissão para resolver questões locais do Rio de Janeiro, como retirar a prefeitura carioca do cadastro de inadimplentes para ter acesso aos recursos do BNDES.

O relator anunciou que deverá reservar R\$ 4,3 bilhões para ressarcir em 2006 os estados exportadores (Lei Kandir). A proposta enviada pelo Executivo não previu um centavo sequer

para essas compensações.

Merss também quer garantir aumento do salário mínimo no projeto do governo, atualizar a tabela de Imposto de Renda Pessoa Física e promover revisões salariais para algumas categorias de servidores, como os professores. Mas só esta semana os consultores de Orçamento das duas Casas começarão a discutir com o Executivo a reestimativa da arrecadação federal para 2006.

Aprovado crédito para pagar militares

Depois de muita negociação, líderes partidários fecharam acordo e aprovaram na terça-feira, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), um pedido do presidente da República para abrir no Orçamento deste ano um crédito suplementar de R\$ 1,12 bilhão para pagar o reajuste geral de 13% dos militares, a partir deste mês. O projeto estava parado na comissão desde o início de setembro e, agora, ainda deve ser votado por todos os deputados e senadores, reunidos em uma sessão do Congresso.

A aprovação do crédito, no

entanto, não significa que esteja resolvido o problema do reajuste dos militares. Tramita na Câmara projeto de lei que concede o aumento propriamente dito, mas enfrenta a paralisação das votações, provocada pelos processos de cassação de deputados envolvidos no “mensalão”.

Também já está no Congresso a Medida Provisória 263/05 assinada pelo presidente Lula na semana passada concedendo dois meses de abono salarial aos militares, para compensar os atrasos de votação do Congresso. Os abonos estão

sendo pagos neste mês e em novembro e vão de R\$ 22,06 a R\$ 1.511,21. Esses valores serão descontados dos salários quando entrar em vigor o reajuste de 13%.

O acordo para votação do crédito ocorreu depois de muita reclamação das oposições sobre o comportamento do governo ao liberar verbas do Orçamento deste ano. O deputado Pauderney Avelino (PFL-AM) alertou que “a paciência das oposições está chegando ao fim” e que os parlamentares só concordavam em votar o projeto dos militares e um crédito adicional de R\$ 255 milhões para os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte.

Alvaro Dias denuncia possível desvio de verbas do FNDE

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPI da Terra, que investiga os conflitos fundiários, apresentou na última sexta-feira relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta irregularidades no repasse de recursos do governo a entidades vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Alvaro, o

TCU poderá pedir ressarcimento aos cofres públicos de até R\$ 15 milhões, que teriam sido repassados indevidamente. Ele disse esperar, por exemplo, que o TCU convoque o ex-ministro da Educação Tarso Genro (PT), para explicar supostos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a festa de 20 anos do MST.



GERALDO MAGELA



MOREIRA MARIZ

ERRATA – Na edição da semana de 24 a 30 de outubro, este jornal publicou equivocadamente a foto do ex-presidente da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) Hassam Gebrin (abaixo) no lugar do ex-diretor da mesma empresa Carlos Alberto Fioravante (acima). Ambos foram ouvidos pela CPI dos Correios.

Projeto que concede o reajuste ainda tramita na Câmara

Comissões

SEGUNDA-FEIRA

18h – CPI DO MENSALÃO

“Valerioduto” – Os parlamentares ouvem outro beneficiário das contas de Marcos Valério no Banco Rural, o ex-secretário do Ministério da Cultura Roberto Costa Pinho.

TERÇA-FEIRA

9h – CPI DO MENSALÃO

Agenda – Em reunião administrativa, os parlamentares definem a agenda de depoimentos para o restante da semana.

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Empréstimo – Tramita na comissão pedido de autorização para empréstimo de US\$ 502 milhões, para financiar investimentos em habitação, como parte do Empréstimo Programático para Crescimento em Equidade.

9h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Avisos – Estão na pauta da CMA avisos sobre auditorias do Tribunal de Contas da União e relatório de atividades do TCU referente ao 1º e ao 2º trimestres de 2005.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Voto em trânsito – O primeiro item da pauta altera o Código Eleitoral para disciplinar o voto do eleitor que estiver fora de seu domicílio eleitoral no dia do pleito (PLS 207/04). **Autor:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO). **Relator:** senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Sigilo postal – A proposta (PLS 11/04) permite a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal. **Autor:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador Demostenes Torres (PFL-GO).



11h – EDUCAÇÃO

Escola – Projeto permite a criação, pelo Executivo, da Escola Técnica Federal do Petróleo de Linhares, no Espírito Santo. **Autor:** senador Gerson Camata (PMDB-ES). **Relator:** senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

14h – CPI DOS CORREIOS

Fundos e Opportunity – Ouve a ex-presidente da Brasil Telecom Carla Cico, indicada para o cargo pelo banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Ela foi afastada do cargo por pressões do Citigroup e de fundos de pensão que assumiram o controle do grupo. Carla e Dantas foram presos pela Polícia Federal sob a acusação de espionagem de políticos.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Finanças – O primeiro item é o projeto que aprova a programação monetária referente ao 4º semestre de 2005. **Autor:** Executivo.

Servidores – Votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia. **Autora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Municípios – Substitutivo à PEC 12/04, que exclui os municípios criados até o final do ano 2000 da aplicação da Emenda Constitucional 15, que limita a criação de novos municípios. **Autor:** senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Meteorologia

– Pode ser votada ainda a PEC 12/03, que define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Zona Franca – A PEC 59/04, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasilei-

ra, também está na pauta para votação em primeiro turno. **Autor:** senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Segurança – O projeto que garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país (PLS 162/04) também pode ser votado. **Autor:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

QUARTA-FEIRA

Feriado. Não há sessão.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Educação profissional – Está em análise o projeto que dá à União permissão para criar novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela administração federal. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

Acordos – Ainda estão na pauta diversos projetos de decreto legislativo que aprovam o texto de tratados internacionais assinados pelo Brasil. Entre eles, a Convenção Conjunta sobre o Gerenciamento Seguro de Combustível Irrradiado e dos Rejeitos Radioativos, celebrada em Viena, no âmbito da Agência Internacional de Energia Atômica, em 5 de setembro de 1997.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CRISE POLÍTICA Empresário retirou valores em dinheiro das contas da DNA, uma de suas agências de publicidade

Valério: mais R\$ 10 milhões para o PT



Os depoimentos tomados pela Polícia Federal (PF) e repassados à CPI dos Correios revelam que o "valerioduto" pode não ter se limitado à conta da SMP&B no Banco Rural, batizada de "conta-mãe" do esquema.

Entre 2003 e 2004, Valério recebeu R\$ 10 milhões em espécie das contas da DNA Propaganda no Banco Rural, de acordo com declarações à PF de Paulino Alves Ribeiro Júnior, diretor financeiro da DNA. As operações, conforme o depoimento, eram justificadas como "antecipações de participação nos lucros" e "empréstimos para a SMP&B". Paulino afirmou que foi o autor de um saque em São Paulo e outros dois no Rio de Janeiro. O dinheiro era repassado para Valério e tomava "rumo desconhecido", declarou à PF.

Questionado pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) sobre esses saques durante a acareação da CPI do Mensalão, Marcos Valério disse que os saques foram repassados ao PT nacional e ao Diretório petista do Rio de Janeiro.

A informação, no entanto, não confere com a lista apresentada por Valério à CPI, que não registra quantias semelhantes às retiradas por Paulino. Além disso, o diretor da DNA disse à PF que retornou à Belo Horizonte com R\$ 150 mil. Valério, no entanto, disse que o dinheiro sacado no Rio de Janeiro foi repassado diretamente ao diretório petista na cidade.

— É um campeonato de mentiras — disse o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), que é sub-relator de Fontes Financeiras da CPI dos Correios.

Fruet interpretou os saques em espécie das contas da DNA como indícios de que o "valerioduto" movimentou mais do que os R\$ 55 milhões assumidos pelo empresário mineiro até agora.

O deputado também chamou atenção para a dificuldade de rastrear o caminho do dinheiro. Como foi retirado do banco em espécie, a investigação depende das versões apresentadas pelos envolvidos nos escândalos, comentou.

A agência DNA Propaganda não consta nas versões apresentadas por Valério como fonte de recursos repassados para políticos, tampouco figura entre as empresas em nome do empresário que tomaram empréstimos no Banco Rural e no BMG, supostas fontes dos repasses. Na lista de beneficiários que entregou à CPI dos Correios, Marcos Valério refere-se apenas aos saques da conta da SMP&B no Banco Rural.

O destino dos R\$ 10 milhões retirados da DNA entre 2003 e 2004 permanece sem explicação.

Saques em dinheiro da DNA indicam que "valerioduto" pode ser maior

A agência detinha as contas da Eletro-norte, do Banco do Brasil e do Banco Popular — este último gastou mais com publicidade do que emprestou a clientes. Além dis-

so, de acordo com informações da CPI dos Correios, a DNA é a empresa de Valério que teve a maior movimentação financeira nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 2,6 bilhões.

Gustavo Fruet chamou atenção ainda para a existência de muitos saques nas outras contas de Marcos Valério em nome da SMP&B, sem a identificação da pessoa física responsável pela operação. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) já haviam questionado a presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, sobre a falta de identificação de alguns dos saques.

De acordo com eles, não foram identificados ainda quem sacou cerca de 63 cheques, que somam R\$ 11,8 milhões, das contas da SMP&B no Banco Rural nos últimos cinco anos. As operações variam entre R\$ 20 mil e R\$ 800 mil. Os dados foram levantados pela comissão técnica da CPI dos Correios com base nas quebras de sigilo das contas de Valério.



Marcos Valério chega ao Congresso para a superacareação de quinta-feira: dinheiro da DNA tomou "rumo desconhecido"



Saques nas contas da DNA indicam que "valerioduto" pode ter mais do que os R\$ 55 milhões declarados, diz Gustavo Fruet

Ex-presidente da Brasil

Telecom

depõe na terça

O conflito pelo controle da Brasil Telecom entre fundos de pensão, Citigroup e o banco Opportunity, de Daniel Dantas, volta à pauta da CPI dos Correios nesta terça-feira, quando está previsto o depoimento da ex-presidente da empresa, Carla Cico, indicada para o cargo pelo banqueiro Daniel Dantas. Ela foi afastada da chefia da Brasil Telecom há cerca de um mês, numa movimentação que selou a perda do controle de Dantas e a ascensão do Citigroup e dos fundos de pensão — uma das maiores brigas acionárias do país. O caso envolve ainda denúncias de iniciativas das partes interessadas para pedir ajuda ao governo: Dantas teria solicitado ajuda ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, enquanto os fundos de pensão apelaram para o poder do ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência Luiz Gushiken. Tanto Dantas quanto os fundos são alvo da investigação da CPI dos Correios, sob a acusação de serem fontes do "valerioduto": as empresas Amazônia Celular e Telemig, controladas pelo banco de Daniel Dantas, depositaram R\$ 150 milhões nas contas de Marcos Valério, enquanto os fundos são acusados de desviar dinheiro para aplicações no exterior para o esquema de caixa dois eleitoral petista. A CPI aprovou na, última semana, a quebra dos sigilos de 14 fundos de pensão de estatais, de 30 corretoras de investimentos no exterior e das duas empresas de telefonia que depositaram dinheiro nas contas de Valério.

O que foi dito à PF sobre os milhões de Valério na DNA

Paulino Alves Ribeiro Júnior

— O diretor financeiro da DNA Propaganda em 2001 disse que Marcos Valério recebeu, em dinheiro, R\$ 10 milhões entre 2003 e 2004. Reconheceu que sacou R\$ 150 mil das contas da DNA no Banco Rural em São Paulo, e R\$ 650 mil no Rio de Janeiro. Entregou o dinheiro para Marcos Valério, não sabendo informar o destino tomado pelo empresário nem a destinação do dinheiro. Informou que os outros sócios

nunca pediram antecipação de lucros em dinheiro.

Francisco Castilho - Vice-presidente administrativo-financeiro da DNA Propaganda e sócio da empresa, admitiu saber que Marcos Valério pedia que funcionários da empresa fizessem saques em moeda corrente das contas da DNA, justificados como "adiantamento de dividendos". Sacou R\$ 100 mil das contas da agência em janeiro de 2004 no Banco Rural de Brasília, repassados a um funcionário da DNA na capital.

Júlio César Marques Cassao - Funcionário da área financeira da DNA, disse à PF que,

a pedido de Paulino Alves Ribeiro, viajou ao Rio de Janeiro por volta de cinco vezes, com o objetivo de efetuar saques nas contas da agência no Banco Rural da capital carioca. Os valores retirados variavam de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil e eram transportados por ele para Belo Horizonte e entregues a Paulino.

Valter Eustáquio Cruz Gonçalves - Representante comercial de alguns veículos de comunicação. A pedido de Marcos Valério, foi ao Banco do Brasil em setembro de 2003 para sacar R\$ 112.666,00 das contas da DNA. Repassou o dinheiro para Valério, na presença do seu ad-

vogado Rogério Tolentino.

Wagner Valter Monteiro - O gerente financeiro da DNA disse à PF que esteve no Banco do Brasil e no Banco Rural cerca de cinco vezes para sacar cheques de R\$ 20 mil a R\$ 200 mil. O dinheiro era entregue diretamente a Paulino, que nunca o informou do destino do dinheiro.

Márcio Hiram Guimarães Novaes - Diretor de atendimento na filial da DNA em Brasília e sócio de Valério na empresa de marketing político Estratégica. Disse que também

sacou dinheiro das contas da DNA no Rural a pedido de Valério, sem especificar o valor nem a destinação dos recursos. O dinheiro era entregue em mão para Marcos Valério. A Estratégica, segundo ele, executou o marketing políticos dos petistas em Osasco, São Bernardo do Campo e Petrópolis na última campanha municipal. Reconheceu ainda que foi a proximidade de Valério e Delúbio que facilitou a contratação da empresa nas campanhas mencionadas.



CRISE POLÍTICA Dinheiro referente a desconto sobre serviços de publicidade deveria ter ido para os cofres públicos

Agências tomaram R\$ 90 mi do governo



Nos últimos cinco anos, as agências de publicidade Lowe, Grottera, Ogilvy, DNA Propaganda e D+ ficaram com R\$ 90 milhões que deveriam ser repassados ao governo como desconto no pagamento de serviços, informou o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), com base em auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Esse valor diz respeito às bonificações de volume (BVs), descontos que veículos de comunicação concedem às agências de publicidade pelo total do espaço publicitário comprado. O des-

conto é repassado às agências na forma de bônus anuais.

No entanto, os contratos com a administração pública exigem que as agências transfiram integralmente ao governo quaisquer descontos, bonificações ou prazos especiais concedidos pelos veículos de comunicação que, na prática, consomem a maior parte do montante pago por publicidade.

– Esses BVs deveriam ser repassados ao Banco do Brasil, aos Correios, mas foram apropriados pelas agências – criticou Serraglio.

Ele anunciou que pretende pedir as informações contábeis das agências, e cogitou até a quebra dos sigilos bancários das empresas, caso a contabilidade

seja divergente dos dados do TCU. O relator quer saber se esses recursos fizeram parte do "valerioduto".

– Não sabemos se há uma só origem que alimentou [o esquema] maciçamente ou se os recursos foram pulverizados, de várias origens – enfatizou Serraglio.

A Bonificação de Volume é um ponto controverso do mercado publicitário. Os veículos de comunicação não admitem o repasse do bônus aos clientes, mas os grandes anunciantes reivindicam o desconto porque são eles que pagam espaço publicitário. Além disso, críticos da prática argumentam que o BV é uma manobra para a manutenção das altas tabelas de preços cobradas pelos meios de comunicação.

Di Flora reforça versão de Gushiken

Assessor direto de Luiz Gushiken na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), Marcos Di Flora buscou reforçar na CPI dos Correios os principais pontos do depoimento do ex-ministro aos parlamentares: negou quaisquer interferências da Secom em favor das agências de Duda Mendonça ou de Marcos Valério nas licitações dos órgãos públicos ou no aumento dos valores dos contratos. Disse ainda que os contatos mantidos com Valério foram comerciais, para estreitar as relações entre as agências e o governo.

– A Secom só participa da análise técnica. O julgamento, o número de agências a participar, o orçamento e o tipo de serviço são decisões tomadas pelo órgão – disse Di Flora.

A suposta ingerência da secretaria nas contratações da administração pública foi denunciada pelo ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho, por ex-presidentes da estatal e pelo ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. A contradição entre os depoimentos motivou o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) a sugerir a realização de uma acareação entre eles.

Di Flora contestou ainda o relatório preliminar do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os contratos de publicidade da Presidência da República, que verificou prejuízo de R\$ 10 milhões por superfaturamentos e pagamentos por serviços não realizados. O ex-assessor de Gushiken disse que a Secom ainda não teve oportunidade de se defender perante o TCU.

– A Secom está reunindo as informações para mostrar que o serviço foi todo executado – informou.

Bittar: fraudes na gestão FHC

Durante o depoimento, o deputado Jorge Bittar (PT-RJ) denunciou irregularidades na Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho (Fundacentro) durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A fundação, que é subordinada ao Ministério do Trabalho, teria realizado licitações fraudulentas vencidas pela SMP&B, agência de publicidade de Marcos Valério. Ao todo, teriam sido desviados mais de R\$ 5 milhões, afirmou Bittar.



JOSE CRUZ

Di Flora negou favorecimento a Duda Mendonça e Marcos Valério

O sub-relator de Contratos da CPI, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), disse que essa denúncia também precisa ser investigada pela CPI, enquanto o deputado tucano Eduardo Paes (RJ) criticou o que seria a "tática do PT" para justificar seus erros.

– Estou impressionado com a tática de tentar justificar os erros e crimes cometidos agora com os erros e crimes que teriam sido cometidos no governo passado – disse o parlamentar.

Franqueado admite compra de informações

Pressionado pelos parlamentares, Paulo Roberto Kress Moreira, proprietário de duas franquias dos Correios em São Paulo, reconheceu à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios que pagava a um gerente de uma de suas franquias em troca de informações privilegiadas.

– Não sei se R\$ 500 ou se uma cerveja no fim de semana – desconversou Paulo, que negou qualquer vínculo partidário.

Diante disso, o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), anunciou que vai pedir a quebra do sigilo bancário e fiscal de Kress Moreira, ressaltando que a legislação proíbe que uma pessoa seja dona

de mais de uma franquia.

Cardozo informou que o faturamento bruto da agência Anchieta, em São Paulo, foi de R\$ 90 milhões por ano em 2004 e 2005, sendo que 99% desse valor diz respeito aos clientes corporativos. Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que a transferência de grandes clientes para as agências privadas acarretou prejuízos à estatal.

Kress Moreira, no entanto,



MÁRCIA KALUME

Paulo Roberto Kress Moreira, proprietário de franquias dos Correios, depõe à CPI

argumentou que a incapacidade dos Correios de proporcionar atendimento eficaz foi o motivo da migração dos clientes da estatal para os franqueados.

Viagem aos EUA atrás de dólares do "valerioduto"

Ficou para esta semana a viagem dos integrantes da CPI dos Correios a Nova York e a Washington em busca dos dados da conta bancária de Duda Mendonça no exterior, aberta em nome da empresa *off-shore* Dusseldorf. A comitiva formada pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pelo sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e por um representante do Ministério da Justiça deve viajar aos Estados Unidos nesta terça ou quarta-feira. A data da viagem depende da confirmação dos encontros com a diretora da divisão criminal do Departamento de Justiça Americano, Mary Ellen Walrow, e com os promotores de Nova York Robert Morgenthau e Adam Kaufmann.

parlamentares estão confiantes de que a viagem permitirá que as informações sobre a Dusseldorf cheguem a eles.

– Acho que vamos receber os documentos – ressaltou Delcídio.

O sigilo de Duda Mendonça no exterior já está à disposição da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça.

IRB e fundos de pensão integram investigação

A análise da Dusseldorf e o trabalho das sub-relatorias de Fundos de Pensão e de Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) fazem parte da investigação do "valerioduto" no exterior. Ganha

mais força entre os parlamentares a idéia de que os milhões repassados por Marcos Valério foram compensados, de alguma forma, no exterior.

Por isso, na última semana, foram quebrados os sigilos de 14 fundos de pensão ligados a estatais e de 30 corretoras de valores que teriam movimentado investimentos dos fundos. Além disso, Delcídio Amaral comentou que as auditorias vão dinamizar os trabalhos dessas recém-criadas relatorias.

– Com a ajuda das empresas de auditoria Moore Stephens e Villas Rodil, será possível abrir essa verdadeira "caixa-preta" que é a relação dos fundos com as corretoras – afirmou o presidente da CPI dos Correios.

Bianchi diz que Pimenta da Veiga favorecia empresas

Presidente dos Correios entre 1999 e 2000, Egydio Bianchi denunciou à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios que o então ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, direcionava verbas de publicidade da estatal para empresas de Minas Gerais, estado em que atuava politicamente.

Bianchi ainda confirmou que o ex-ministro intercedeu em favor da Vasp, cujo contrato com os Correios foi cancelado por irregularidades por parte da empresa, que teria fraudado documentação. A pressão do Ministério das Comunicações só cessou, segundo ele, depois que Pimenta da Veiga tomou conhecimento detalhado das irregularidades da companhia.

Pimenta da Veiga recebeu R\$ 150 mil de Marcos Valério, que justificou o pagamento à CPI dos Correios como a prestação de serviços jurídicos à agência SMP&B. A relação, no entanto, deve ser investigada com



MÁRCIA KALUME
Egydio Bianchi negou irregularidades em sua gestão à frente dos Correios

maior profundidade, defendeu o sub-relator de Contratos José Eduardo Cardozo (PT-SP). A CPI já aprovou requerimento solicitando ao ex-ministro justificativa, por escrito, sobre o dinheiro que recebeu de Valério.

Bianchi foi convocado, entre outros motivos, porque o seu sucessor na presidência da estatal, Hassan Gebrin, disse à CPI que, ao assumir o cargo, encontrou irregularidades na estatal. Bianchi negou a acusação.

CRISE POLÍTICA Sacadores admitem receber recursos, mas em valores inferiores aos indicados por Marcos Valério

Acareações: alguém está mentindo



Durante cerca de 14 horas, período que durou a acareação promovida pela CPI do Mensalão na última quinta-feira, os participantes apresentaram versões contraditórias sobre os valores de repasses do PT para partidos de sua base aliada. A CPI montou um esquema para confrontar o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, autorizador dos repasses; o empresário Marcos Valério, distribuidor do dinheiro; e a diretora financeira de sua agência de publicidade SMP&B, Simone Vasconcelos; com os sacadores que admitiram ter recebido valores inferiores aos que constam da lista entregue por Marcos Valério à comissão. Foram convocados o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; o ex-tesoureiro do partido Jacinto Lamas; o ex-tesoureiro do PTB Emerson Palmieri; o assessor do PP João Cláudio Genu; e o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos.

Costa Neto, o primeiro a ser confrontado com Delúbio, Valério e Simone, confirmou ter recebido R\$ 6,5 milhões, dos R\$ 12 milhões prometidos pelo tesoureiro do PT. Na lista de Valério, o PL recebeu R\$ 10,8 milhões.

Esperava-se que Lamas, que recebeu grande parte do dinheiro destinado ao PL, pudesse esclarecer essa diferença. Mas o ex-tesoureiro do PL, muito nervoso, apenas repetia que confirmava o que havia dito em depoimentos anteriores. A atitude chegou a irritar o relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG). Lamas declarou que não sabia quanto recebeu das mãos de Simone Vasconcelos.

A diretora financeira da SMP&B disse que fez 14 repasses a Lamas, nem todos pessoalmente, e que sempre informava a quantia. Mas admitiu que ele nunca conferia o dinheiro em sua presença. Ao todo, Simone teria entregue R\$ 2,4 milhões em dinheiro e em cheques nominais à empresa Guaranhuns. Outra parte teria sido depositada diretamente nas contas da empresa.

A principal contradição na acareação com Lamas diz respeito à Guaranhuns. Valério declarou que foi o ex-tesoureiro do PL quem orientou a entrega do dinheiro para a empresa, o que foi negado por Lamas.

Emerson Palmieri também refutou os valores apresentados na lista de repasses de Valério.

Lamas reafirma não saber quanto recebeu de Simone Vasconcelos

Dos R\$ 2,5 milhões constantes da lista, ele só reconheceu o recebimento de R\$ 345 mil. Outra discrepância entre os depoimentos de Palmieri e Valério envolve os R\$ 4 milhões que o ex-deputado Roberto Jefferson declara ter recebido do PT. Palmieri afirma Valério passou pessoalmente o dinheiro, "em malas", para Jefferson.

– Ele mente. Eu não entreguei R\$ 4 milhões ao senhor Roberto Jefferson aqui em Brasília. Nunca – disse Valério.

Já o assessor do PP João Cláudio Genu afirmou ter recebido R\$ 700 mil diretamente de Simone. Mas ela disse que entregou, diretamente a Genu ou a pessoas indicadas por ele, R\$ 1,6 milhão.

Último a participar da acareação, o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos negou o recebimento de R\$ 2,6 milhões como consta da lista de Valério.

Coordenador da campanha para a reeleição da governadora Benedita da Silva no Rio de Janeiro em 2002, Santos afirmou que a ajuda pedida a Delúbio na época da campanha só chegou muito tempo depois de ele ter saído da coordenação.

Valério confirmou o repasse para o diretório do PT do Rio de Janeiro em 2004, data que coincide com as eleições municipais. Ele informou que Santos era o contato para a operação. O ex-presidente da Casa da Moeda nega.



As histórias de Delúbio (E), Valério (D) e Simone Vasconcelos não coincidem com as dos principais sacadores do dinheiro das contas do publicitário a pedido do PT: os ex-tesoureiros do PTB Emerson Palmieri e do PL Jacinto Lamas, o assessor do PP João Cláudio Genu e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto (abaixo)



Discordâncias não impedem tranquilidade

A acareação de quinta-feira na CPI do Mensalão transcorreu em clima um pouco mais ameno que o de outros confrontos promovidos pelas comissões de inquérito em curso no Congresso. Em boa parte porque os parlamentares montaram esquema em que os convocados eram confrontados um de cada vez com o empresário Marcos Valério, a diretora financeira de sua agência SMP&B, Simone Vasconcelos, e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Em acareações anteriores, todos os convocados ficavam cara a cara ao mesmo tempo e acabavam descambiando para a troca de improperios.

Mas é claro que ocorreram momentos de estresse peculiares a uma CPI. No meio da tarde, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), normalmente muito tranquilo, chegou a ficar exaltado ao ser instado por um deputado a encurtar sua fala.

Houve outros detalhes curiosos. Num canto do plenário lotado da CPI, por exemplo, a socialite Maria Christina Mendes Caldeira bordava o forro de uma almofada com o dizer "chega" (segundo ela, um gesto contra a corrupção) enquanto muniava assessores de parlamentares da oposição com perguntas ao ex-marido, o ex-deputado e presidente do PL Valdemar Costa Neto.

Mais um nega venda de voto em 1997

Ao depor na CPI do Mensalão, o ex-deputado Osmir Lima (PFL-AC) negou ter vendido o voto para aprovar a proposta de emenda constitucional que instituiu a reeleição, em 1997, no governo Fernando Henrique.

– Havia boatos de compra de votos, para aprovar ou para derrotar a emenda da reeleição. No meu caso, não recebi qualquer proposta de vantagem pecuniária. Votei a favor da reeleição em função de compromisso entre o então governador do Acre, Orleir Cameli, e o presidente para dinamizar obras no estado – disse.

O ex-deputado foi acusado de receber R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição. Em gravação

telefônica, os deputados Ronivon Santiago e João Maia afirmaram que ele havia recebido propina.

Lima respondeu a inquéritos na Câmara e foi absolvido. Ele disse que também foi alvo de inquérito na Polícia Federal e na Justiça, onde seus sigilos foram quebrados.

Ronivon falta a depoimento de novo

Os depoimentos do deputado Ronivon Santiago (PP-AC) e do ex-deputado Chicão Brígido na CPI do Mensalão não foram realizados na sexta-feira, como anunciara o presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO). Ainda não se sabe quando eles

serão ouvidos.

Ronivon e Brígido são acusados ainda de vender seus votos para aprovar a emenda da reeleição. Ronivon já faltou três vezes a depoimentos marcados pela CPI. Brígido já havia sido convocado para depor na terça-feira, mas também não compareceu.

O depoimento do ex-secretário de Desenvolvimento de Projetos Culturais do Ministério da Cultura Roberto Costa Pinho, previsto para sexta-feira, foi adiado para esta segunda-feira, às 18h. Ele teria recebido R\$ 450 mil do empresário Marcos Valério entre setembro de 2003 e outubro de 2004. Pinho foi exonerado em fevereiro do ano passado.

Gravações revelam negociação

O jornal *Folha de S.Paulo* publicou em maio de 1997 a transcrição de conversas telefônicas entre os então deputados do Acre Ronivon Santiago e João Maia, em que eles diziam ter recebido R\$ 200 mil cada um para votar a favor da PEC que permitiria a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Afirmavam ainda que os deputados acreanos Chicão Brígido, Osmir Lima e Zila Bezerra haviam recebido a mesma quantia.

Brígido, Lima e Zila negaram participação na negociação e foram absolvidos pela Câmara. Ronivon e Maia renuncia-

ram aos seus mandatos.

Dos cinco envolvidos no episódio, apenas Ronivon Santiago, reeleito em 2002, exerce mandato de deputado federal. Acusado de crime eleitoral e compra de votos nas eleições de 2002, ele teve seu atual mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. O processo ainda não recebeu sentença final, mas a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados poderá aprovar a perda do mandato do parlamentar. Chicão Brígido (PMDB) é suplente e espera assumir a vaga de Ronivon.

CRISE POLÍTICA Preso há quase dois anos, juiz afastado reafirma que gravações comprometem membros do partido

Rocha Mattos diz que PT temia o caso Celso Daniel



Ao depor um dia antes da acareação do chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho, com os irmãos do ex-prefeito Celso Daniel, o juiz afastado João Carlos da Rocha Mattos complicou ainda mais a situação do PT, ao afirmar, em depoimento à CPI dos Bingos, que houve preocupação de pessoas ligadas à prefeitura de Santo André em minimizar as investigações do assassinato para que “não respingasse” no esquema de corrupção instalado no município.

Segundo o juiz, constam das gravações em 42 fitas – de posse da 4ª Vara da Justiça Federal – Gilberto Carvalho, então chefe de gabinete do prefeito; Klinger de Oliveira Souza, ex-secretário de Obras Públicas de Santo André; Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, empresário indiciado pela morte de Celso Daniel; Roman Maria Pinto, empresário de transportes; o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP); o deputado estadual Donizete Braga (PT) e integrantes da

Favela Pantanal.

Nas fitas, segundo Mattos, Carvalho, Klinger e Greenhalgh orientavam a ex-namorada do prefeito, Ivone Santana, a comportar-se como uma “viuvinha sofrida” e mostravam preocupação com as investigações, utilizando um linguajar “bastante nervoso e grosseiro”. De acordo com Mattos, em uma das gravações havia comentários de que “era preciso falar com o José Dirceu sobre o caso”, então presidente nacional do PT.

– Não estou dizendo que houve participação dessas pessoas no crime, mas há pessoas no governo e no partido que têm as mãos sujas de sangue porque tentaram impedir a apuração, que num período eleitoral [2002] seria um desastre – disse.

Temor que investigações atingissem o partido

Preso há quase dois anos durante a Operação Anaconda, da Polícia Federal, Rocha Mattos afirmou que, ouvindo algumas fitas, teria tido a impressão de que Carvalho estaria realmente envolvido com a coordenação do esquema de corrupção em Santo André.

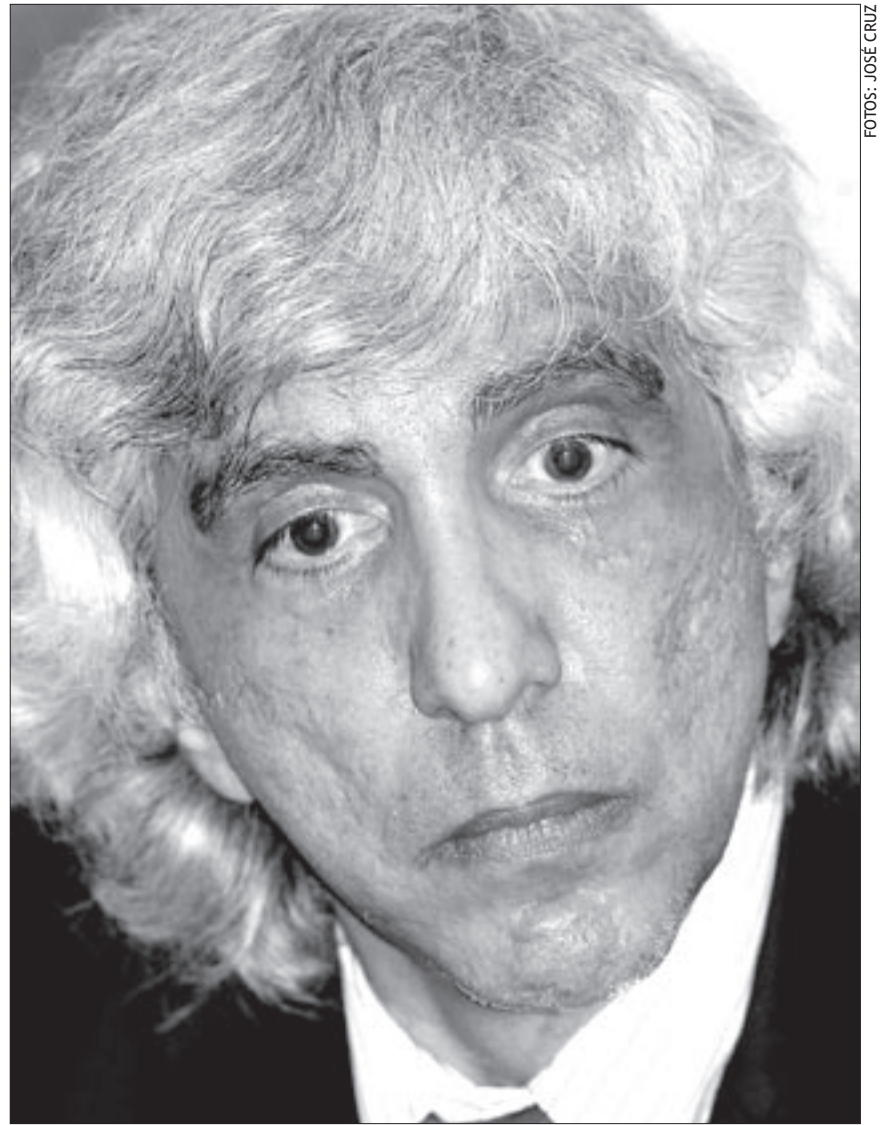
– As conversas não traziam referências à situação humana do prefeito morto ou de seus familiares. Só se preocupavam em poupar os membros do partido em Santo André – assinalou.

Quando as fitas chegaram às mãos do juiz federal, inicialmente ele pediu a degravação do material, mas desistiu tempo depois por se tratarem, segundo ele, de fitas obtidas por meio ilícito.

A ilegalidade se devia ao fato de que as gravações teriam sido feitas por acordo de um juiz com a Polícia Federal, mas sob o mote de investigações de tráfico de entorpe-

centes, enquanto a real investigação seria sobre o assassinato do prefeito Celso Daniel e o Partido dos Trabalhadores.

Mas Rocha Mattos confirmou que teria recebido o advogado de Klinger, José Carlos Dias, que pediu e posteriormente peticionou a não-degravação das fitas,



FOTOS: JOSÉ CRUZ

Juiz afastado disse ter recebido pedido para destruição das fitas do delegado federal responsável pela segurança do candidato Lula em 2002

assim como o delegado da Polícia Federal Francisco Baltazar, responsável pela segurança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas campanhas eleitorais, que postulou a destruição das fitas, por ser de interesse do partido.

O juiz disse que ordenou a

destruição das fitas, mas que 30 dias depois cópias lhe foram entregues, material esse que foi posteriormente apreendido na casa de sua ex-esposa, Norma Cunha, também presa. Ele afirmou que não sabe se essas cópias são as mesmas que estão em posse da Justiça.

Preso pela Anaconda

Preso durante a Operação Anaconda, realizada pela Polícia Federal em 2003 e 2004, o juiz afastado João Carlos da Rocha Mattos cumpre pena em regime fechado há quase dois anos por formação de quadrilha e ainda responde a outros processos.

Ele foi acusado, à época, de ser um dos juízes federais que negociavam a venda de sentenças. Teriam sido beneficiados com decisões de Rocha Mattos, no escândalo dos precatórios, o ex-prefeito Paulo Maluf e os empresários Wagner Batista Ramos, Sérgio Chiamarelli e Enrico Picciotto, por exemplo. Em outras sentenças aparecem o ex-senador Luiz Estevão e Fausto Solano.

A ex-esposa de Mattos, Norma Cunha, também foi condenada a cumprir dois anos e seis meses por formação de quadrilha.

O juiz cumpre ainda prisão preventiva por ser acusado de tentar eliminar provas do caso Celso Daniel, o que contesta.

– Se as fitas estão aí, como podem me acusar de tentar sumir com as provas? – questionou o juiz, que nega ter feito venda de sentenças judiciais.

Ele criticou as ações da Polícia Federal, que a seu ver agiria de forma totalmente política. “É uma polícia do governo, que tem pouca independência para agir”, afirmou, reclamando das buscas e apreensões feitas na sua casa e na de sua ex-esposa e das diversas transferências que vem sofrendo durante o cumprimento da pena de três anos por formação de quadrilha.

Justiça envia à CPI as 42 fitas gravadas

A CPI dos Bingos recebeu cópia das 42 fitas com gravações de personagens citados no caso Celso Daniel, relatadas pelo juiz afastado João Carlos da Rocha Mattos, e que envolveriam o chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho. Durante o enfrentamento dos depoentes, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) tentou apresentar um CD com resumo dos diálogos. Foi voto vencido.

As informações foram então lidas pelo senador, que questionou Carvalho sobre conversas com Klinger de Oliveira Souza. Em uma delas, Carvalho dizia que iria se encontrar com José Dirceu, então presidente nacional do PT, para discutir que tática utilizariam com relação à apuração do caso.

Carvalho afirmou que as falas não podem ser analisadas separadamente do contexto, posição que foi corroborada pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Ideli Salvatti (PT-SC). De acordo com Alvaro Dias, as fitas demonstram que as pessoas suspeitavam que poderiam estar com os telefones grampeados.

O presidente da CPI disse que os senadores poderão requisitar cópias das fitas repassadas pela 4ª Vara Federal. O Ministério Público foi contrário à entrega das cópias.

Para relator da CPI, fitas podem comprovar o depoimento de Rocha Mattos

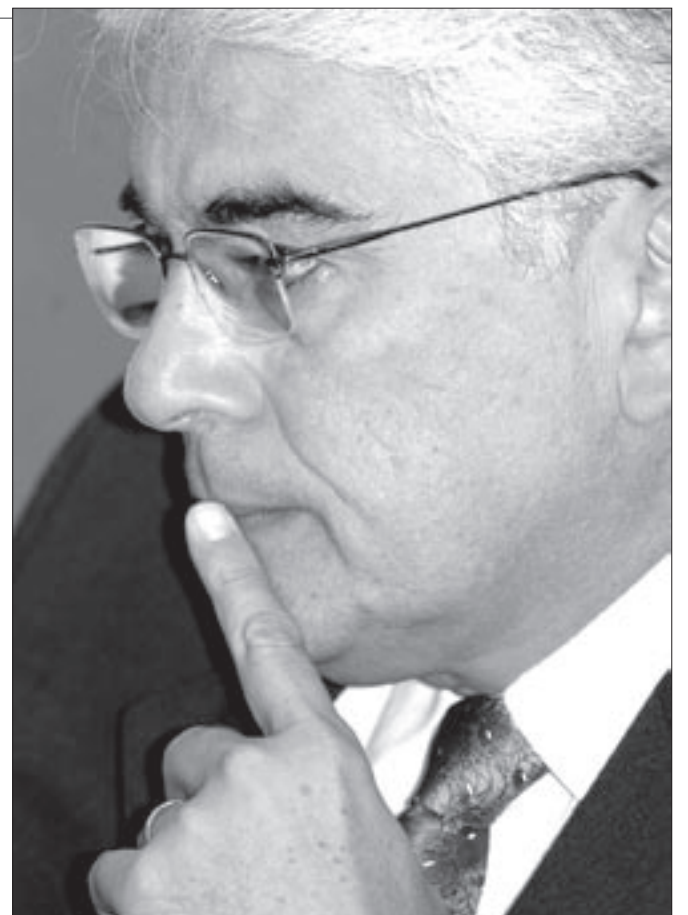
– A partir dessas fitas poderemos ter melhores conclusões sobre a verdade dos fatos que envolvem a morte de Celso Daniel – assinalou.

Para o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o depoimento do juiz à comissão irá ajudar se for “corroborado pelas fitas”.

– Se o que ele disse for comprovado com as fitas, há a nítida conclusão de que o crime foi planejado e não um crime comum como a polícia sustenta até agora – avaliou.

Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), as fitas não podem ser consideradas, visto que até mesmo Rocha Mattos as declarou como viciadas e ordenou sua destruição. José Jorge (PFL-PE) defendeu o recebimento das fitas, entregues pelo Ministério Público à Vara Federal.

O senador Tião Viana ressaltou que as declarações do juiz ficam comprometidas, visto que os fatos relacionados à sua pessoa passam uma impressão de “precária confiabilidade”.



Efraim acredita que, a partir das fitas, será possível tirar conclusões sobre a verdade dos fatos no caso Celso Daniel

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o juiz mostrou-se em estado de plena normalidade do ponto de vista mental, o que confirmaria que, no mínimo, houve uma “operação abafa” nas investigações do caso Celso Daniel.

Já Efraim Morais disse que o juiz cumpriu a sua missão de declarar o que sabia, mostrou os caminhos que a CPI deve seguir e, com certeza, vamos buscar as fitas e requerer também todo o processo que ele citou em seu depoimento.

CRISE POLÍTICA O relator da CPI dos Bingos diz que os irmãos e Carvalho poderão ser submetidos a um polígrafo



João Francisco e Bruno Daniel lamentam as declarações do chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho, que fala em imaginação fértil dos dois

Acareação ainda deixa dúvidas



Em um clima bastante tenso, a acareação dos irmãos do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel com o atual chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho, ainda deixou dúvidas sobre quem estaria com a verdade. João Francisco e Bruno Daniel acusam o petista, que lhes teria revelado a existência de esquema de arrecadação de propina no município para campanhas do PT.

Durante acareação na CPI dos Bingos, que durou quase oito horas, João Francisco desafiou Carvalho a se submeter à avaliação de um polígrafo internacional, para verificar quem estaria mentindo. Segundo o relator da CPI, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), a proposta será levada em consideração e, com a ajuda dos envolvidos, a CPI tentará realizar a perícia com os três acareados.

– Não esperamos milagre da acareação, mas está cada vez mais forte a versão do crime

planejado. A avaliação de um polígrafo não dá 100% de certeza, mas apresenta grande margem de acerto e isso poderá ajudar nas investigações – disse o senador.

Para Carvalho, os irmãos estariam sendo motivados por interesses políticos – não apontados por ele –, além de estarem tomados por “imaginação fértil” sobre fatos que não teriam acontecido.

Os irmãos Daniel, em contrapartida, reafirmaram que, no mesmo dia da missa de sétimo dia pela morte de Celso Daniel, Carvalho lhes teria falado do esquema de arrecadação para campanha, informando ainda que ele levaria, em seu Corsa preto, o dinheiro para entregar ao então presidente nacional do PT, José Dirceu. Em uma das vezes ele teria dito que levou R\$ 1,2 milhão.

O chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que marcou o encontro na casa de João Francisco apenas para se solidarizar com a família e dar informação sobre o andamento das investigações.

– Como testemunhas temos a

obrigação de falar a verdade, já Gilberto Carvalho tem o direito constitucional de não falar, para não se comprometer – manifestou inicialmente Bruno Daniel.

Questões familiares são ponto de discussão

O relacionamento dos irmãos com Celso Daniel foi bastante questionado por Carvalho, para quem certas circunstâncias somente os mais próximos do prefeito sabiam, alfinetou.

João Francisco ponderou que, quando da morte de Celso Daniel, perdeu um filho e não um irmão, uma vez que teria assumido a posição de chefe da família bem cedo, com a morte precoce de seu pai. Já para Bruno, tentar criticar o relacionamento dos irmãos com Celso seria “utilizar uma nuvem de fumaça para fugir dos fatos”.

Após afirmar várias vezes que não temia a verdade, Carvalho disse que João Francisco só teria feito as denúncias dias depois de não ter conseguido ajuda para a empresa Guarará, para a qual agiria como lobista.

João Francisco contestou, dizendo que só relatou as conversas reservadas que teve com Carvalho para não ver o caso encerrado apenas como crime comum, como previsto pela Polícia Civil de São Paulo, mesmo diante de tantas lacunas nas investigações.

Bruno também pontuou que de início não concordou com a revelação pública da conversa, mas teve de se manifestar depois que José Dirceu passou a processar João Francisco por danos morais. Segundo os irmãos, Carvalho confessou o esquema em três ocasiões, sendo que em uma das vezes a esposa de João Francisco esteve presente.

Olhando para Carvalho, João Francisco perguntou veemente: “Três vezes, Gilberto, três vezes. Como é que você pode negar, não é possível! Eu sinto que o senhor sofre, porque sua alma está aprisionada!”

Carvalho, no entanto, contrapôs que o impressionavam “a arrogância e a presunção de ser o dono da verdade”, referindo-se a João Francisco.

Irmãos Daniel afirmam que houve omissão do PT

Os irmãos Daniel questionaram a atuação do PT para ajudar a elucidar a morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. João Francisco e Bruno Daniel reclamaram, por exemplo, de não terem recebido os pertences pessoais de Celso, como agendas e apontamentos, que teriam sido requisitados, inclusive a Gilberto Carvalho, e até hoje não apareceram.

– Do nosso ponto de vista, houve omissão do PT com relação à elucidação do caso

– enfatizou Bruno Daniel.

João Francisco afirmou que recebeu Celso na sua casa no fim do ano de 2002, quando o então prefeito teria dito que estava tendo problemas sérios na prefeitura e que estaria fazendo um dossiê sobre Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, já indiciado pelo crime; Klinger de Oliveira Souza, então secretário de Obras no município; e Ronan Maria Pinto, empresário na área de transporte coletivo, dono de uma empresa de ônibus.

Eles estariam desviando o dinheiro arrecadado junto a empresas da cidade – e que deveria ser usado na campanha do PT – para causas próprias. Os membros da CPI já aprovaram a acareação dos três.

Bruno questionou as declarações de Carvalho prestadas à CPI na Câmara Municipal de Santo André e ao Ministério Público de São Paulo, dizendo haver divergência nas informações prestadas. Para Carvalho, não houve qualquer contradição.

Senadores dividem-se na defesa dos acareados

A denúncia feita pelos irmãos fragiliza a memória de Celso Daniel, segundo o senador Tião Viana (PT-AC). “João Francisco e Bruno destroem a imagem moral do irmão”, afirmou, criticando a realização, pela CPI dos Bingos, entre os irmãos Daniel e Gilberto Carvalho, assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tião Viana defendeu em Plenário, na última sexta-feira, uma completa revisão nos trabalhos da CPI dos Bingos, já que a comissão não teria “as necessárias condições técnicas para elucidar a morte do prefeito Celso Daniel”, e as acareações que realiza têm-se transformado “em um espetáculo constrangedor”.

Na quarta-feira, logo após a acareação, os senadores opositoristas e governistas já defendiam com veemência as declarações dos irmãos Daniel ou de Gilberto Carvalho, respectivamente.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) foi incisivo ao afirmar que havia inverossimilhanças que não favorecem Carvalho.

– Somente se esses dois irmãos não tivessem caráter, ou se tivessem algum problema mental, iriam mentir assim. Se não disseram a verdade, por que Carvalho não os processou? – questionou o senador, que ainda levantou suspeitas pelo fato de Gilberto Carvalho não ter aceito, de imediato, o teste do polígrafo.

– Houve uma ação para que não se apurasse o caso, por conta da existência do esquema – assinalou o senador José Jorge (PFL-PE).

A senadora petista Ideli Salvatti (SC) questionou o porquê dos irmãos considerarem que o PT não colaborou para a elucidação do caso. Flávio Arns (PT-PR) disse considerar legítimos os objetivos de esclarecer as circunstâncias.



Jefferson Péres

Pode acabar em 2006 contrato Caixa-GTech

Muito antes de o Consórcio Racimec – vencedor da licitação, em 1996, para operação e processamento da rede lotérica do país – ter sido comprado pela GTech, a multinacional já mantinha contatos para assumir todo o processo após a assinatura do contrato com a Caixa Econômica Federal. Presidente da Caixa no período de 1995 a 1998, Sérgio Cutolo admitiu saber de comentários sobre essa tentativa bem-sucedida da GTech.

O ex-presidente disse que por três vezes a Racimec consultou a Caixa sobre a possível cisão da empresa. Somente na terceira vez, com a apresentação de mudança operacional e corporativa da empresa, foi aceita a participação da GTech.

Ainda em abril de 1997, o Tribunal de Contas da União (TCU) teria recomendado a imediata anulação do contrato. A Caixa se manifestou em seguida, mas, segundo Cutolo, a resposta só foi dada em maio de 2003. Para Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) houve precipitação ao se permitir que a GTech assumisse o lugar da Racimec no contrato. Relatório preliminar do TCU já apontou perdas acumuladas de R\$ 433 milhões para a Caixa.

Já o ex-presidente Emílio Carazzai, que assumiu a Caixa em 1999, ressaltou que enfrentaram problemas com a rede fornecedora da GTech quando tentaram introduzir novos serviços. Mesmo assim, Carazzai afirmou que o contrato da Caixa com a GTech cumpriu integralmente o seu objetivo, tendo sido vantajoso para a empresa pública.

Em 8 de abril de 2003, a Caixa renovou por 25 meses o contrato com a GTech. O atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, disse que ninguém da diretoria da empresa sofreu qualquer interferência externa para que fosse feita a renovação.

Para Mattoso, a renovação foi a melhor realizada entre as duas empresas. Até junho de 2006, segundo ele, a Caixa terá condições de assumir plenamente o serviço lotérico. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) se desentendeu com Mattoso, afirmando que a GTech teve o maior lucro da história com a renovação do contrato de R\$ 650 milhões, em detrimento da Caixa.

CRISE POLÍTICA Senadores debatem situação de Capiberibe, ataques a Bornhausen e acusações a Mesquita Júnior

STF garante retorno de Capiberibe



O senador João Capiberibe (PSB-AP) viveu, na semana passada, a decepção de deixar o Senado e a alegria de retornar à Casa. Depois de ter sido afastado na terça-feira por ato do presidente do Senado, Renan Calheiros, que cumpria decisão da Justiça Eleitoral ratificada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Capiberibe reassumiu o mandato na sexta-feira, por força de liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, do STF.

Marco Aurélio alega que o afastamento de Capiberibe ocorreu sem que fosse observada a Constituição, "que a todos, indistintamente, submete, considerado o devido processo legal".

O ministro ressalta que a liminar restabelece a situação anterior, dando a Capiberibe, "ainda na qualidade de senador da República, o exercício do direito de defesa".

Para Capiberibe, a situação é inédita, pois seu afastamento foi determinado com base no Código Eleitoral, mas a Constituição assegura amplo direito de defesa.

– A vacância do cargo precisa ser decretada pelo Plenário. O presidente Renan Calheiros foi orientado equivocadamente – disse Capiberibe, que ouvira, à tribuna, 51 senadores exigirem que o processo fosse diferente.

Capiberibe atribuiu sua cassação ao senador José Sarney (PMDB-AP), que faria "perseguição política sistemática".



Consolado pela esposa Janete, Capiberibe chorou na quarta-feira

Após o cumprimento da liminar, Renan disse que pretende reunir a Mesa e marcar prazo de cinco dias para resolver o assunto.

Entenda a disputa jurídica envolvendo o senador

Capiberibe e sua esposa, a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), tiveram os mandatos cassados pelo TSE, por quatro votos a três, em 27 de abril de 2004, acusados de abuso de poder econômico.

Para os ministros do TSE, o Ministério Público provou que o casal tentou comprar votos de duas eleitoras. Em 17 de novembro de 2004, o ministro do STF Eros Grau concedeu liminar garantindo os mandatos do senador e da deputada, até que todos os recursos fossem julgados. Em 22 de setembro de 2005, o Plenário do STF derrubou a liminar de Eros Grau. A decisão foi comunicada aos presidentes da

Câmara e do Senado. Assim, foram esgotadas as possibilidades de recurso, o que levou o presidente do Senado a baixar ato encerrando o mandato de Capiberibe.

A liminar do STF mudou esse entendimento e o Senado deve estabelecer um ritual para o caso, ouvindo a Mesa, a CCIJ e até o Plenário. A Câmara ainda não se posicionou sobre a cassação de Janete. Se a cassação de Capiberibe for mantida, a decisão retroage à posse e quem assume não é o primeiro suplente, mas o candidato mais votado depois de Capiberibe, Gilvam Borges, do PMDB.

Senadores do PFL solidarizam-se com Bornhausen, atacado em cartazes

O líder do PFL, José Agripino (RN), protestou contra as agressões feitas ao presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (SC), pelo presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP). Sobre a distribuição de cartazes em que Bornhausen é caracterizado como nazista, Berzoini

nega que o PT tenha incentivado a produção dos cartazes e afirma que o senador representa o conservadorismo associado ao período em que se torturavam pessoas para impedir suas trajetórias políticas.

A Polícia Civil do DF descobriu que os cartazes foram elaborados por sindicalista e por um assessor do PT na Câmara Legislativa.

Na avaliação do líder do PFL, as declarações de Berzoini são gestos de "inabilidade política e agressão desnecessária".

– Hitler foi o homem dos fornos crematórios, exterminou pessoas e é a figura mais execrável na História. O senador Bornhausen é um homem exemplar, de pensamento correto e decente, de conduta pessoal irreprovável, que não merecia um cartaz insultuoso – disse, sugerindo que a atitude correta de Berzoini seria

apoiar o presidente do PFL.

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu a demissão do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por atribuir a ele a aparição dos cartazes, porque o ministro afirmara recentemente que "Bornhausen tem saudades de Hitler".

José Jorge criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teria dito que Bornhausen é o responsável por denúncias envolvendo familiares de Lula. O porta-voz da Presidência desmentiu que Lula teria dito isso. O senador lembrou que não foi explicada a acusação de que a empresa do filho de Lula, supostamente sem valor de mercado, teria sido comprada por R\$ 5 milhões pela Telemar.

José Jorge ainda condenou o governo por ameaçar contestar na Justiça a atuação da CPI dos Bingos.



Cartazes com montagem mostraram Bornhausen em uniforme nazista

Senador vai tomar providências judiciais logo

Bornhausen classificou de criminosa a exposição de sua imagem em fotomontagem que o mostra usando um uniforme nazista. Ele atribuiu o fato às críticas que faz ao governo como senador e presidente do PFL.

Em determinada ocasião, ao expressar sua esperança de que o PT perca as próximas eleições, Bornhausen teria usado a frase "vamos acabar com essa raça", mas depois explicou que o uso da expressão não teria qualquer alusão racial.

Bornhausen recebeu a solidariedade de dezenas de colegas que enfatizaram seu caráter.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu ao colega para não levar em consideração essa "agressão gratuita". Paulo Paim (PT-RS) lembrou que Bornhausen e o PFL sempre apoiaram propostas anti-racistas. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, Bornhausen tem o respeito dos colegas parlamentares.

O pedido de impressão dos 3

mil panfletos foi feito pela Escola de Formação dos Trabalhadores em Informática, que tem como diretor Avel de Alencar, filiado e dirigente do PT-DF. O senador advertiu que há semelhança entre essa ação e a postura que o PT tinha no passado.

– Isso não é ato voluntário de um fanático, é obra de uma quadrilha – afirmou o senador.

Ele observou que aguardará o fim do inquérito da Polícia Civil do DF para definir as providências jurídicas que tomará.

Para Gilvam Borges, a vaga no Senado é dele

Nos três dias que permaneceu senador, Gilvam Borges (PMDB-AP) ocupou a tribuna para afirmar que não ocupava o mandato de ninguém e que estava certo de que a vaga de senador era dele. "O lugar que era meu foi usurpado por quase três anos", asseverou.

Gilvam contestou argumentos de Capiberibe, a quem acusou de mentir ao dizer que teria sido cassado pela compra de votos de duas eleitoras por R\$ 26 cada.

– O que ele fez comigo, fez com o senador Papaléo [Paes], que ganhou as eleições para prefeito da capital – disse.

Gilvam acusou os advogados de Capiberibe de "montar uma farsa" ao oferecer R\$ 40 mil para que as duas testemunhas dissessem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que haviam sido pagas por Gilvam para denunciar Capiberibe.

Segundo Gilvam, uma semana antes da eleição, diante de pesquisas que indicavam sua derrota, Capiberibe teria montado pontos para compra de

votos, em casas "aonde as pessoas iam, apresentavam seus títulos e recebiam dinheiro".

– Os dois votos eram apenas a ponta do iceberg. Quando resolveram entrar na casa encontraram cinzas de documentos, material de propaganda eleitoral, R\$ 15 mil em espécie e listas com nome de mais de 5 mil eleitores. Em um caderno se contabilizava a saída de mais de R\$ 101 mil em compra de votos – disse Gilvam.



Gilvam diz que "agir com fraude nas eleições do Amapá não é algo novo"

Mesquita anuncia saída do PSOL após denúncias

O senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) anunciou sua desfiliação do PSOL na última quarta-feira. Ele afirmou ter tomado a decisão, "doída e solitária", para evitar constrangimentos ao partido por conta da denúncia, publicada pelo *Jornal do Brasil*, de que retém 40% dos salários dos servidores de seu gabinete. O senador disse que desconhece e não autorizou qualquer cobrança. Ele atribuiu a denúncia a perseguição política.

Mesquita observou que não vai se filiar a nenhum outro partido e deu a entender que pode voltar ao PSOL quando as investigações forem concluídas.

Para Mesquita pessoas do governo do Acre, a quem critica, instruíram pessoas a fazer as acusações. Ainda assim,

ele autorizou a quebra de seu sigilo bancário e uma investigação "isenta" pelo Conselho de Ética.

Heloísa Helena (PSOL-AL) justificou a saída do senador do partido, já que "não pode pairar dúvida sobre o PSOL".



Mesquita acredita que denúncia foi feita por adversários para intimidar sua atuação política

Tião Viana e Sibá acusam Mesquita de desviar atenção

O senador Tião Viana (PT-AC), irmão do governador do Acre, Jorge Viana, condenou Mesquita Júnior por "transferir responsabilidades" ao governo do Acre ao se defender de acusações de reportagem do *Jornal do Brasil*. Para Viana os fatos justificados são mais graves do que Mesquita tentou mostrar.

Tião Viana estranhou que o colega, eleito pelo PSB em coligação com o PT, depois de ter sido chefe de gabinete do governador, passasse a fazer acusações, atingindo "a honra

do governador e da ministra Marina Silva". Tião Viana afirmou que tem respostas para todas as acusações de Mesquita.

O senador Sibá Machado (PT-AC) também condenou Mesquita por levantar "problemas do estado para justificar um problema dele".

Sibá disse estranhar "o rancor, o ódio e a virulência" no discurso do colega. Ele sugeriu que Mesquita se explique ao Conselho de Ética em vez de ficar acusando o governo do Acre e pessoas que foram aliadas.

CRISE POLÍTICA Arthur Virgílio encabeça pedido de criação de CPI para investigar recursos usados no pleito de 2002

Nova CPI pode "furar a fila" para funcionar

Mesmo que a CPI do Caixa Dois seja criada depois das duas CPIs do Senado que ainda aguardam o início de seus trabalhos, não há nenhum empecilho regimental para que a comissão comece a funcionar antes das outras. Enquanto na Câmara existe uma fila para a instalação, de acordo com a ordem de apresentação dos requerimentos de criação de CPIs, no Regimento do Senado não há essa regra. E, caso não funcionem até o fim do ano, as CPIs inativas serão automaticamente arquivadas.

Segundo o chefe da assessoria jurídica da Secretaria Geral da Mesa da Câmara, Fernando Sabóia, naquela Casa há limite para o número de CPIs funcionando simultaneamente: cinco. À medida que outras CPIs forem sendo criadas, elas devem aguardar a conclusão de uma das cinco já em funcionamento.

Já no Senado, a limitação imposta para as CPIs é outra. Conforme o artigo 145, parágrafo 3º, "o senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como

suplente". Respeitada essa regra e levando em conta que cada CPI geralmente tem mais de dez membros, na prática, o Senado não conseguiria ter mais que oito CPIs funcionando simultaneamente.

Mas a norma do artigo 145 do Regimento Interno não estaria sendo cumprida hoje, caso a CPI das Privatizações já estivesse em funcionamento: o relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), por exemplo, foi designado membro titular nas duas comissões.

Do ponto de vista formal, a CPI do Waldomiro espera a designação de seus membros. Porém, pelo que já decidiu o Supremo Tribunal Federal, caso os líderes não indiquem membros para compor a comissão, cabe ao presidente do Senado, Renan Calheiros, fazê-lo em seu lugar para garantir o direito da minoria. No entanto, em questão de ordem levantada no dia 14 de junho, antes da decisão do STF, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que o Plenário fosse ouvido sobre a questão, o que não aconteceu até o momento.

Virgílio se diz pronto para investigar privatizações

Antes da CPI do Caixa Dois, o Senado já tinha duas outras CPIs esperando instalação: a CPI do Waldomiro e a CPI das Privatizações. A primeira ainda aguarda a designação de membros pelos líderes ou pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, conforme determinou o STF. A segunda tem composição definida desde 28 de junho, mas até hoje não se reuniu para eleger o presidente e o vice e, assim, começar seus trabalhos.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), diz estar pronto para apurar irregularidades no processo que levou à venda de estatais como a Telebrás e a Vale do Rio Doce, "basta o governo querer". Autor do pedido de criação da CPI das Privatizações, Virgílio entende que uma investigação poderia acabar de vez com as suspeitas em torno da desestatização, levantadas pelo PT.

– Tenho certeza da boa-fé do presidente Fernando Henrique Cardoso. Imagine se não tivéssemos privatizado esses setores,

o que não estaria acontecendo nas antigas estatais, se, nas que sobraram, estamos assistindo a esses fatos envolvendo Correios, IRB e outros setores do governo Lula? Vamos discutir também essa visão de mundo. A privatização faz parte de um processo de adaptação do país ao mercado globalizado – afirma Virgílio, que também requereu a criação da CPI do Waldomiro.

Segundo ele, para não instalar a CPI, o governo argumenta que já há muitas outras funcionando, o que atrapalharia os trabalhos do Congresso, levaria a muita polarização em um ano eleitoral e ainda poderia gerar desconfiança nos setores privatizados.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), defende a investigação de "tudo que tem que ser apurado", mas diz que as CPIs não podem atropelar o processo legislativo.

– Estamos ultrapassando esses limites. Um senador pode ser membro titular de apenas uma CPI por vez. Não há senadores para tantas CPIs – ponderou.

Ele reclama da oposição que, agora, pede a abertura de outras CPIs, mas teria tentado barrar a do Mensalão, por acreditar que as investigações deveriam estar concentradas na CPI dos Correios. Para ele, a CPI do Mensalão tem competência para investigar o caixa dois dos partidos nas eleições.

– Em primeiro lugar, precisamos concluir as investigações que já começamos, responsabilizar e punir os culpados.

PSDB quer apurar caixa dois das eleições



Falando pela liderança do PSDB, Arthur Virgílio (AM) anunciou que seu partido está propondo a criação de CPI para investigar o caixa dois das campanhas de 2002 nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. O fato determinado, explicou, foram os depoimentos do empresário Marcos Valério e do publicitário Duda Mendonça.

Para o senador, a intenção é investigar tudo o que for relativo a caixa dois para que a CPI dos Correios volte a apurar os fatos para os quais foi criada e acabe com a "cortina de fumaça" das tentativas de postergação das apurações. Virgílio anunciou ter conseguido a assinatura de 38 senadores, número superior ao exigido pela Constituição (um terço, ou 27 senadores), mas disse esperar chegar a mais de 50 assinaturas.

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) apoiou a decisão do partido relativa à criação de nova CPI, dizendo que a atitude do partido é "esclarecedora". Antonio Carlos Magalhães (BA) afirmou que o PFL aprova integralmente o pedido de criação da comissão. Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou ter assinado o requerimento, ressaltando que, para fazer



Eduardo Azeredo renunciou terça-feira à presidência do PSDB, dizendo-se "injustiçado por acusações" dos adversários

apuração séria, a comissão deve investigar todos os partidos.

Azeredo renuncia ao comando do PSDB

O senador Eduardo Azeredo (MG) renunciou terça-feira à presidência nacional do PSDB, dizendo-se injustiçado por acusações que "tentam misturar e confundir" os problemas de financiamento de campanha que teve em 1998 com o esquema de compra de votos no Congresso (mensalão).

Ele acha que se transformou em vítima porque o PT precisava desviar a atenção do país no

momento em que seus filiados passaram a ser investigados por duas CPIs do Congresso.

Azeredo sustentou que não tinha conhecimento de tudo que ocorria na administração de sua campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais e, se cometeu algum erro, foi o de "tudo não saber". Questionou a incoerência dos petistas e seus aliados nas CPIs, que o responsabilizam pelos problemas em sua campanha, mas inocentam o presidente Lula, alegando que ele nada sabia do dinheiro de caixa dois confessado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares.

CPIs e comissões especiais em vigor no Congresso e no Senado Federal

CPIs mistas

- ♦ CPI dos Correios
- ♦ CPI da Emigração Ilegal
- ♦ CPI do Mensalão
- ♦ CPI da Terra

CPIs do Senado

- ♦ CPI dos Bingos
- ♦ CPI das Privatizações
- ♦ CPI do Waldomiro Diniz

Comissões especiais do Senado

- ♦ Acompanhamento da reforma política
- ♦ Regulamentação da Emenda Constitucional 45 (reforma do Judiciário)
- ♦ Acompanhamento dos

resultados da CPI Mista da Exploração Sexual Infanto-Juvenil

- ♦ Reforma do Regimento Interno do Senado Federal
- ♦ Alteração do rito das medidas provisórias
- ♦ Desburocratização
- ♦ Mulher latino-americana

Comissões externas do Senado

- ♦ Acompanhamento de irregularidades na Assembléia Legislativa de Rondônia
- ♦ Acompanhamento dos conflitos na demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (em fase de conclusão dos trabalhos)

Simon: corrupção é muito maior que uso de caixa paralelo

Pedro Simon (PMDB-RS) condenou a tentativa do governo e do PT de reduzir toda a corrupção já identificada nas CPIs a um simples episódio de caixa dois. Em discurso na sexta-feira, o senador reconheceu a gravidade da prática de uso de dinheiro em campanhas eleitorais não declarado na prestação de contas dos partidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas advertiu que há muito mais irregularidades para serem consideradas.

– Caixa dois é crime sério, mas não se compara com a amplitude e gravidade da corrupção nos Correios, nos fundos de pensão e nos contratos fraudulentos em prefeituras administradas pelo PT – enfatizou.

Líderes decidiram manter comissões na fila

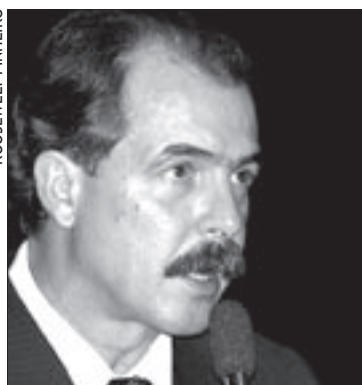
No início das investigações da CPI dos Correios, diante da criação de outras CPIs no Senado, os líderes partidários se reuniram para definir prioridades e decidiram abrir a CPI dos Bingos e deixar as CPIs do Waldomiro e da Privatização à espera do desenrolar das demais investigações. O acordo envolvia ainda a CPI dos Bingos, que na semana seguinte obteve o quórum necessário para eleger presidente e vice e iniciar os trabalhos.

Na reunião, governistas e opo-

sicionistas avaliaram que seria melhor acompanhar, por algum tempo, as CPIs mistas dos Correios e do Mensalão, pois muitas investigações simultâneas seriam prejudiciais ao trabalho legislativo e para a obtenção de resultados concretos nas CPIs. Assim, os dois lados concordaram em indicar apenas os membros das CPIs cujo funcionamento foi determinado pelo STF.

Passados quatro meses, é possível identificar que o objeto da CPI do Waldomiro Diniz está

contido nas investigações da CPI dos Bingos. Assim, ela deve realmente ser arquivada no fim do ano. Criada originalmente para investigar a suposta ligação de casas de bingo com o crime organizado, a CPI iniciou suas apurações pelas denúncias de corrupção contra o ex-assessor da Casa Civil da Presidência Waldomiro Diniz, flagrado cobrando propina do empresário do ramo de jogos Carlos Augusto Ramos, conhecido também como Carlinhos Cachoeira.



Mercadante defende investigações, desde que não atropelem processo legislativo

CRISE POLÍTICA Conselho de Ética aprova cassação de José Dirceu por 13 votos a 1, mas Justiça anula a reunião

MARCELLO CASAL/ABF



Apesar do vaivém de decisões, data do julgamento de José Dirceu em Plenário deve ser mantida

Dirceu perde, mas STF dá nova chance



Por 13 votos a 1, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira o parecer de Júlio Delgado (PSB-MG) pela cassação do deputado José Dirceu (PT-SP).

A decisão do conselho, no entanto, não valeu, pois quatro horas depois da reunião o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau decidiu que "deve ser refeito" o relatório, anulando a decisão.

– A continuidade da tramitação da representação, sem a produção de novo relatório, como determinado na decisão

liminar, comprometerá a validade do procedimento – disse o ministro, em sua decisão.

Em despacho anterior, o Supremo havia determinado que fossem retiradas do texto informações sigilosas obtidas pelas CPIs mistas dos Correios e do Mensalão, decisão que foi acatada pelos parlamentares do conselho.

O ex-ministro da Casa Civil é acusado em processo aberto pelo PTB de quebra de decoro parlamentar, uma vez que "fraudou o andamento dos trabalhos legislativos visando à alteração do resultado das deliberações em favor do governo". Dirceu teria atuado, como ministro-chefe da Casa Civil, na obtenção de dinheiro para pagar parlamen-

tares a fim de que votassem em projetos de interesse do Executivo.

A favor da cassação, votaram Robson Tuma (PFL-SP), Gustavo Fruet (PSDB-PR), Benedito de Lira (PP-AL), Ciro Nogueira (PP-PI), Chico Alencar (PSOL-RJ), Nelson Trad (PMDB-MS), Orlando Fantazzini (PSOL-SP), Edmar Moreira (PL-MG), Jairo Carneiro (PFL-BA), Carlos Campaio (PSDB-SP), Cezar Schirmer (PMDB-RS) (como suplente de Ann Pontes, PMDB-PA), Josias Quintal (PMDB-RJ) além do relator, Júlio Delgado (PSB-MG).

A deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), único voto contrário, tentou obter vista do processo, mas o conselho rejeitou o pedido.

Conselho de Ética prepara leitura de relatório

O presidente do Conselho de Ética da Câmara, Ricardo Izar (PTB-SP), pode convocar nova reunião para esta segunda-feira, a partir das 16h30, quando o deputado Júlio Delgado pretende apresentar novo relatório, com as devidas correções, que

deverá ser relido e aberto para vistas de parlamentares em até duas sessões na Câmara, para só então ser novamente votado pelo conselho.

Uma vez aprovado o relatório, o processo segue para votação em Plenário e a cassação de José

Dirceu só será acatada com 257 votos favoráveis. Ainda não há data definitiva para a sessão, mas o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, trabalha com a expectativa de que a votação seja mantida para o dia 9 de novembro.

Para Virgílio, Lula foi moralmente cassado

Para o senador Arthur Virgílio Neto (AM), falando pela liderança do PSDB, é inconcebível que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se sinta "moralmente e psicologicamente cassado" com a decisão do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que recomendou a cassação do deputado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

– É quase impossível desligar um de outro. A cassação de Dirceu é prática, tem resultados objetivos, a do presidente não. É quase que uma simbiose, duas pessoas em uma só. Um é o braço pragmático, o outro político; um prático, o outro ideológico – comparou. Ele sugeriu que o presidente acate com humildade a provável cassação e reveja seus posicionamentos, para emergir com "mais coragem moral".

Virgílio disse considerar legítimo o direito do deputado de recorrer ao STF e elogiou a bravura com que tenta salvar o mandato.

Mercadante contesta denúncia do procurador

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), contestou denúncia de improbidade administrativa feita pelo procurador da República Luciano Rolim contra José Dirceu e seu filho Zeca Dirceu, prefeito de Cruzeiro d'Oeste (PR). Relatório final de investigação acusa o ex-ministro de facilitar a liberação de recursos de emendas parlamentares para municípios próximos a Cruzeiro d'Oeste, onde atua Zeca Dirceu. Mercadante criticou a decisão do procurador de divulgar o relatório à imprensa na véspera da reunião do Conselho de Ética e disse que a investigação não detectou qualquer indício de desvio de dinheiro público.

– Isso está de acordo com a isenção investigativa e com a preservação de garantias e direitos individuais? Seguramente, não. E onde está a denúncia? Se ele [Zeca Dirceu] não tivesse o sobrenome do pai, não teria que responder por essas atitudes – argumentou.

PFL pode denunciar Lula por crime eleitoral

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, anunciou que vai sugerir à comissão executiva do partido que represente junto ao Ministério Público contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por crime eleitoral. Agripino considerou grave declaração do ex-deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), durante acareação da CPI do Mensalão, de que o dinheiro recebido do publicitário Marcos Valério teria sido usado na campanha de Lula.

Agripino lembrou que tanto o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares quanto Marcos Valério con-

firmaram o repasse de dinheiro de caixa dois a Valdemar.

– Pelo mesmo motivo, há processos de cassação de mandatos de deputados no Conselho de Ética. O responsável pela prestação de contas de uma campanha eleitoral é o candidato. Então a lei não vale para o presidente? Para mim, a resposta é que vale – afirmou o senador.

José Agripino leu artigos da Lei Eleitoral para destacar que, nesses casos, o responsável pode ser punido com multa e prisão que vai de três a cinco anos, além de inelegibilidade de três anos.

Para Mão Santa, má utilização do dinheiro público está aumentando

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), a piora na colocação do Brasil no *ranking* internacional de corrupção, feito pela organização não-governamental Transparência Internacional – de 59º para 62º lugar –, é exemplo de que a má utilização do dinheiro público cresce no país.

– Está feito o diagnóstico: temos corrupção crônica. E agora

precisamos partir para a cura – afirmou Mão Santa, para quem a corrupção está presente nos três Poderes da República.

No Dia do Funcionário Público, Mão Santa prestou homenagem aos servidores ao elogiar o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, cujo trabalho permite aos senadores presidir sessões tranquilamente.

Relator apóia PEC que dá novo prazo para mudanças

O relator da PEC 446/05 apresentará parecer favorável à proposta, do deputado Ney Lopes (PFL-RN), que prorroga para 31 de dezembro deste ano a data para alteração na Lei Eleitoral. O prazo se encerrou em 30 de setembro. O parecer do deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) será apresentado na próxima reunião da comissão, marcada para esta terça-feira, às 10h.

Apesar do anúncio do relator, os integrantes da comissão especial que analisa a PEC se mostraram divididos durante o debate na audiência pública da semana passada. O deputado Cezar Schirmer (PMDB-RS), por exemplo, argumenta que qualquer reforma eleitoral para 2006 estará inevitavelmente viciada. "Ninguém votará contra

seu próprio interesse". O deputado João Campos (PSDB-GO) também se manifestou contra a PEC. Ele acredita que, mesmo com a aprovação da proposta, o Congresso não terá condições de votar a reforma eleitoral até 31 de dezembro.

Já o deputado Jorge Alberto (PMDB-SE) se manifestou indignado com a possibilidade de concorrer nas eleições de 2006 sob as mesmas regras vigentes hoje. "É preciso discutir uma reforma já", disse.

Para o presidente da comissão, deputado João Almeida (PSDB-BA), que não manifestou seu voto, é preciso buscar a origem do problema, que, segundo ele, está no sistema eleitoral. "Não adianta aumentar a pena para crime eleitoral, é preciso mudar o sistema."

Quintanilha quer eleições gerais, sem reeleição

O senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) anunciou que vai apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina a coincidência das datas das eleições e a supressão da reeleição para cargos executivos. Quintanilha entende que a coincidência das eleições pode trazer economia para os cofres públicos e facilitar a escolha dos representantes. De acordo com o senador, a modernização do processo eleitoral com as urnas eletrônicas ajuda a realização das eleições em um só dia.

Movimento da Indignação à Ação pede punições

O Movimento da Indignação à Ação, representado pelo presidente da Comissão de Justiça e Paz da CNBB, Francisco Whitaker, entregou ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, manifesto com 230 mil assinaturas de juristas, professores, médicos e intelectuais, entre outros, que pedem "punições firmes e proporcionais às faltas praticadas" na política. O documento também foi entregue à comissão especial da Câmara que estuda a redução do prazo para realização de mudanças na legislação eleitoral.

DOAÇÃO DE ÓRGÃOS Mesmo com os 14 mil transplantes realizados no país em 2004, lista de espera ainda é grande

Solidariedade contra o preconceito



O Brasil pode se considerar uma referência internacional quando o assunto é transplante. Em números absolutos, o país, que no ano passado realizou 14 mil cirurgias para colocação de novos órgãos, só perde para os Estados Unidos. As leis asseguram a todo brasileiro, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o direito de receber órgãos gratuitamente, se for essa a indicação médica.

De todos os procedimentos realizados no país, 92% são feitos no SUS, que garante assistência pelo resto da vida do paciente,

incluindo o fornecimento de imunossuppressores – medicamentos necessários para evitar rejeição. A conta não é baixa: os gastos do SUS cresceram 83% entre 2001 e 2004, atingindo a marca de R\$ 404 milhões ano passado.

No entanto, o número de transplantes poderia ser muito maior, mas a carência de doadores é o maior obstáculo. Mesmo nos casos em que o órgão pode ser obtido de um doador vivo, a quantidade de transplantes é pequena diante da demanda de pacientes que esperam pela cirurgia. A falta de informação, confirmada por recente pesquisa, e o preconceito acabam limitando

o número de doações obtidas de pacientes com morte cerebral.

Algumas pessoas temem que a retirada dos órgãos ocorra antes da comprovação da morte encefálica, o que não acontece, pois os procedimentos adotados antes da cirurgia seguem rígido protocolo (ver *Especial Cidadania*).

Solidariedade é considerada a principal motivação para a doação de órgãos.

– Muitas famílias sentem conforto ao saber que a perda de um parente pode ser parcialmente compensada ao beneficiar outras pessoas – explica Roberto Schlindwein, coordenador do Sistema Nacional de Transplantes.



Primeira criança no Rio de Janeiro a passar por um transplante intervivos de fígado, Eloá recebe o carinho da mãe, Eloiza



O Senado realiza nesta terça-feira campanha de doação de sangue, com o apoio da Fundação Hemocentro de Brasília. Informações sobre a iniciativa, coordenada pelo Serviço de Recursos Humanos da Casa (SRH), pelo telefone (61) 3311-4267.

Pesquisa aponta falta de conhecimento

A mais recente pesquisa específica sobre como a população encara a questão da doação de órgãos é de 2003, realizada com 858 pessoas da capital de São Paulo. O levantamento da Omni Marketing, com a colaboração de entidades como a Adote e a Via Vida, indicou que o assunto ainda não despertou, como deveria, o interesse da população em geral: 46% dos entrevistados, independentemente da idade, nunca conversaram ou pensaram sobre a possibilidade de doar (ou precisar de) órgãos.

Em geral, as famílias que conversam sobre o assunto demonstraram predisposição em ser

doadoras – alguns membros ou todos –, mas esse desejo é mais acentuado entre as mulheres e cresce de forma diretamente proporcional ao nível de escolaridade e de renda: 93% dos entrevistados com nível superior se dispõem, em hipótese, a ser doadores, porém o índice cai para 69% entre os que não chegaram a completar o ensino fundamental.

A Omni Marketing, em suas conclusões, afirma que a população precisa ser mais bem informada, pois muitos preconceitos e dados errôneos interferem no julgamento sobre a doação de órgãos.

Legislação prevê autorização da família

A legislação mais recente que trata da doação de órgãos e tecidos é a Lei 10.211, de 23 de março de 2001, que invalidou as manifestações de vontade de ser doador que constavam na carteira de identidade e na carteira de habilitação.

Hoje, para ser um doador, é necessária apenas a autorização da família. Não é preciso deixar nada por escrito e a doação só ocorre após exames neurológicos que constatem a morte encefálica. O exame deve ser realizado por dois médicos que não façam parte das equipes de captação e de transplante, e o familiar pode optar por um médico de sua confiança.

Pessoas vivas também podem doar órgãos como o rim, uma parte do fígado, pâncreas ou

pulmão, ou a medula óssea. O beneficiário deve estar cadastrado na central de transplantes. É necessário ser cônjuge ou parente de até quarto grau do receptor. Para não-parentes, a doação requer autorização judicial.

Foi aprovado pelo Senado e enviada à Câmara o PLS 126/02, do então senador Ademir Andrade, que modifica a Lei 9.434/97 para permitir a retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em hospitais e clínicas não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O coordenador do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), Roberto Schlindwein, informa que o ressarcimento pelo SUS aos hospitais não conveniados, por atividade de captação de órgãos,



Projeto do então senador Ademir Andrade modifica regra para retirada de órgão

está previsto em portaria do Ministério da Saúde, de 2001.

A autorização para captação de órgãos, completou Schlindwein, é delegada às centrais estaduais de transplantes, que podem decidir sobre as remoções de órgãos e tecidos no território de seu estado.

O que é morte encefálica

Um único doador pode beneficiar até oito pacientes, doando córneas, coração, pulmão, rins, fígado, pâncreas, ossos, medula óssea, pele e válvulas cardíacas. Grande parte do preconceito contra a doação de órgãos decorre da desinformação sobre as condições em que o médico declara a morte cerebral do paciente.

A chamada morte encefálica ocorre quando o tronco cerebral não desempenha mais as funções vitais à sobrevivência, como a respiração. Nesses casos, a parada cardíaca é quase sempre inevitável, mantendo-

se as funções dos órgãos apenas graças a aparelhos.

Nesse momento é que a família se coloca diante do dilema: observar quanto tempo o organismo suporta e esperar por um milagre ou discutir uma maneira de diminuir a tragédia, cuja alternativa é a doação.

Para o aproveitamento dos órgãos, é necessário que a circulação sanguínea ainda não tenha parado. Somente as córneas podem ser retiradas do doador até seis horas depois da parada cardíaca e, em condições adequadas, podem ser mantidas por até sete dias.

Tipos de doadores

A doação de órgãos no Brasil é regulamentada pela Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, e pela Lei 10.211, de 23 de março de 2001, que reconhecem duas situações:

1. doação de órgãos de doador vivo, familiar até 4º grau de parentesco, mais frequentemente de rim, pois é um órgão duplo e não traz prejuízo para o doador, e

2. doação de órgãos ou tecidos de doador falecido, que é determinada pela vontade dos familiares até 2º grau de parentesco, mediante termo de autorização da doação.

Já são 63 mil brasileiros na fila à espera de um órgão

Apesar de o número de doadores ainda ser muito pequeno, o Brasil bateu um recorde em 2004, com 14 mil transplantes realizados. Marca insuficiente para trazer alívio às mais de 63 mil pessoas que ocupam, hoje, a fila de espera por um órgão. Para a maioria dos que aguardam por transplante, viver passou a ser uma loteria em que se apostam todas as fichas na solidariedade de um desconhecido.

O governo espera aumentar o número de doadores de órgãos e pretende, até 2007, zerar a fila de espera por uma córnea e reduzir à metade as filas por medula óssea e órgãos

sólidos (rim, coração, pulmão, pâncreas e fígado). Para isso, é preciso mudar uma realidade: nos hospitais brasileiros, não há uma cultura de notificar os óbitos com possibilidade de doação.

O Ministério da Saúde estima que quase metade (47%) dos casos de morte encefálica não é notificada às centrais de transplante. E dos casos notificados, apenas uma parte chega efetivamente à doação. As razões são muitas: da falta de treinamento médico à falta de

infra-estrutura hospitalar para os procedimentos necessários. Em 2004, mais de 5 mil casos de morte encefálica foram notificados ao Sistema Nacional de Transplantes (SNT), mas apenas 1.400 (27%) pessoas se tornaram doadoras de fato.

Por isso, capacitar as centrais de doação é justamente a estratégia que o governo federal tem adotado para aumentar o número de transplantes. Os hospitais públicos, privados ou filantrópicos com mais

de 80 leitos têm até o início de 2006 para instituir comissões de doação de órgãos e tecidos para transplante, capazes de de-

tectar possíveis doadores e viabilizar o diagnóstico de morte encefálica. Além disso, devem criar rotinas para oferecer aos familiares de pacientes falecidos no hospital a possibilidade da doação de córneas e outros tecidos e articular-se com a central de transplante para organizar os procedimentos.

As comissões devem ter, no mínimo, três membros, sendo um coordenador capacitado pelo Curso de Formação de Coordenadores Intra-Hospitalares de Transplantes.

Transplantes pagos pelo SUS

Órgão/Ano	2002	2003	2004*
Rim	2845	2719	3041
Córnea	3498	3688	5419
Esclera	132	166	55
Coração	127	143	192
Fígado	560	646	807
Medula Óssea	871	972	1141
Pulmão	21	28	40
Rim/Pâncreas	100	139	131
Pâncreas Isolado	29	43	44
TOTAL	7981	8544	10870

*projeção com base nos dados de janeiro a setembro de 2004
Fonte: DATASUS/MS

SAÚDE

Ministro anuncia verbas para combate à aftosa

Ao participar de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na quarta-feira, o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, anunciou a edição de medida provisória liberando R\$ 33 milhões para o combate à aftosa detectada em Mato Grosso do Sul. A MP, editada na última sexta-feira, destinou R\$ 20 milhões para a indenização de animais abatidos, R\$ 6 milhões para apoio a famílias que perderam renda por causa da doença e o restante para abrir novas frentes de fiscalização na fronteira e os custos do abate.

O ministro disse que a causa mais provável do surto deve estar ligada ao modo como foi

feita a vacinação. O presidente da CRA, Sérgio Guerra (PSDB-PE), manifestou preocupação com dificuldades enfrentadas para a liberação de recursos, enquanto Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou abertura de linhas emergenciais de crédito pelo Banco do Brasil para socorrer a agropecuária.

Já Delcídio Amaral (PT-MS) lamentou, em discurso no Plenário, a não liberação, pelo governo, dos recursos orçamentários de R\$ 160 milhões para a sanidade



Rodrigues: maior parte da verba a ser liberada é para indenização de animais abatidos

animal, em especial para prevenção da febre aftosa. Isso poderá resultar, avaliou, em prejuízos entre R\$ 2 a 3 bilhões.

Ele disse que seu estado está vivendo o "pior dos mundos", com febre aftosa e seca "como nunca se viu" no Pantanal.

Criação da Agência do Agronegócio em pauta

A criação da Agência Reguladora do Agronegócio é o mais novo tema na agenda dos produtores rurais. Na quarta-feira, durante o Seminário Alerta à Nação, no Auditório Petrônio Portela do Senado, parlamentares e representantes do setor defenderam a idéia, considerada a solução capaz de promover no tempo adequado ações

preventivas e corretivas para os problemas da agricultura.

O deputado Xico Graziano (PSDB-SP) afirmou que dentro de três meses o projeto será apresentado na Câmara. O parlamentar explicou que a nova agência deve ser vinculada ao Ministério da Agricultura, mas contará com total autonomia de decisão sobre as ques-

tões sob sua responsabilidade.

Entre outros aspectos, deliberará sobre prorrogação de débitos agrícolas em decorrência de catástrofes climáticas, medidas hoje afetadas ao Ministério da Fazenda e ao Conselho Monetário Nacional, e vai arbitrar sobre conflitos dentro das diversas cadeias produtivas do agronegócio.

Tião Viana condena alarmismo sobre gripe aviária

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que "não cabe pânico e nem o terrorismo de informações em relação à gripe aviária", que já atingiu 11 países.

- Não tem sentido uma corrida às prateleiras das farmácias, porque o governo brasileiro está se preparando para a chegada do vírus no país, com a compra de 9 milhões [de unidades] do antiviral para o tratamento do tipo mais grave da doença [o vírus H5N1]

- enfatizou o senador, que é médico infectologista e especialista em saúde pública.

Tião Viana destacou que o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, está participando de reunião em Ottawa, no Canadá, onde as autoridades de saúde pública de todo o mundo discutem medidas conjuntas para enfrentar o vírus.

Ao condenar o pânico em relação à gripe aviária, o senador lembrou que os casos registrados

até agora são de transmissão de aves para humanos. Não há registro de adaptação do vírus, o que permitiria a sua transmissão entre os humanos, situação que agravaria a epidemia.

O senador disse que o governo também deverá aprimorar a vigilância nos aeroportos. Os passageiros e as bagagens provenientes de países onde há suspeita de gripe aviária passarão por detector de material orgânico.

Diretor afirma que corte de recursos prejudica a ANP

O contingenciamento de verbas pelo governo federal prejudica as atribuições da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e compromete o repasse de royalties aos dez estados e 790 municípios brasileiros exploradores de petróleo, além de favorecer o aumento da sonegação de impostos e a adulteração de combustíveis. O alerta foi feito na terça-feira pelo diretor-geral da autarquia, Haroldo Lima, em audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), conforme requerimento apresentado pelo presidente do colegiado, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Os cortes afetam os trabalhos de fiscalização da ANP e a realização de estudos geológicos e sísmicos, os quais seriam imprescindíveis para a obtenção da auto-suficiência nacional na produção de petróleo, que é de aproximadamente 1 milhão e 950 mil barris por dia, explicou Haroldo Lima. Ele afirmou que o pagamento dos royalties e dos lucros de participação especial é feito pela Petrobras.

- Contingenciar as verbas é um erro estratégico. Desse modo, não estaremos à altura das riquezas contidas no país. Não sabemos nem o petróleo que temos

aqui - disse Haroldo Lima.

A proposta da ANP para o Orçamento de 2005, segundo Lima, era de R\$ 433,2 milhões, mas a contrapartida apresentada pelo Ministério de Minas e Energia foi de R\$ 187,4 milhões. O presidente da agência também assinalou que o contingenciamento das verbas para estudos geológicos atinge R\$ 45,7 milhões.

Produção poderia atingir maior nível

De acordo com dados apresentados pelo diretor, as reservas brasileiras de petróleo seriam de 12 bilhões de barris em 2004. A participação do setor no produto interno bruto (PIB) teria sido de 9,05% no ano passado, com a expectativa de que atinja os dez pontos percentuais neste ano.

Segundo Haroldo Lima, a economia brasileira cresceu 26% nos últimos sete anos, contra 318% de crescimento verificado no setor petrolífero no mesmo período. Ele informou que o Brasil possui 29 bacias sedimentares mas conhece apenas 7% das potencialidades geológicas dessas áreas, que foram herdadas da Petrobras e possuem ao todo 22 mil poços perfurados. O Canadá, segundo Haroldo Lima, perfura 23 mil poços por ano.



Haroldo Lima (E), ao lado de Alberto Silva, adverte que bloqueio de verbas pelo governo compromete repasse de royalties

Projetos

Alterações na legislação eleitoral

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou duas proposições para alterar a legislação eleitoral: a primeira estabelece que todo candidato deverá manter conta bancária individualizada, pública e sem proteção de sigilo, destinada à movimentação dos recursos para campanha eleitoral (PLS 278/05); a segunda determina que os programas do horário gratuito pela televisão devem ser realizados em estúdio, ao vivo, ou pré-gravados sem montagens ou trucagens (PLS 279/05). Para diminuir a lotação dos presídios, Simon apresentou ainda o PLS 271/05, que modifica o Código Penal para permitir aos condenados de baixa periculosidade, com até oito anos de restrição de liberdade, a substituição da pena pela de restrição de direitos com prestação de serviços à comunidade.

Financiamento público de campanhas

Projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) propõe a adoção do financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais em todos os níveis (PLS 284/05). Ele explica que adotou

o projeto aprovado pela comissão da Câmara destinada a estudar a reforma política - que foi inspirada em proposta originada no Senado - e buscou aperfeiçoar alguns aspectos.

Projeto reduz procedimentos burocráticos

O PLS 277/05 sugere alteração na Lei 9.452/97, ampliando, de dois para cinco dias úteis, o prazo para a prefeitura de município beneficiário da liberação de recursos federais notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município sobre tal liberação. "A dilatação do prazo teria a vantagem de, em um comunicado, inserir a notícia de diversos créditos, o que reduziria a burocracia municipal", justifica o autor, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ele também apresentou projeto para conferir ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro (PLS 286/05).

Escolas de ensino médio podem aderir ao Simples

Mudança na legislação tributária (PLS 291/05), sugerida por Ney Suassuna (PMDB-PB) inclui as escolas de ensino médio no rol de pessoas jurídicas que podem aderir ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).

Nova distribuição dos incentivos culturais

A pessoa jurídica que patrocinar projetos culturais em suas instituições poderá ser obrigada a também beneficiar iniciativas de outras instituições com no mínimo 20% do valor dado às suas. É o que determina o projeto (PLS 287/05) que altera a Lei Rouanet e assegura melhor distribuição dos recursos destinados à cultura, diz a autora, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Alíquota mais baixa para contribuinte

Para integrar os brasileiros que trabalham na informalidade ao sistema de previdência, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou proposta (PLS 261/05) que altera a Lei dos Planos de Benefícios da Previdência Social com o objetivo de reduzir a alíquota do contribuinte individual para 11%.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 20 de julho e 18 de agosto

COMISSÕES

Voto em trânsito deve ser obrigatório, propõe CCJ

O eleitor que se encontrar em trânsito em dia de eleição poderá ser obrigado a votar mesmo fora de seu domicílio eleitoral, se estiver em localidade atendida pela Justiça Eleitoral. Isso é o que prevê substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta será votada ainda em turno suplementar.

A matéria disciplina o chamado voto em trânsito somente para os brasileiros que estiverem no país. Para aqueles em viagem ao exterior ou mesmo residindo em outros países, o voto continua sendo regulamentado pelo Capítulo VII do Código Eleitoral (Lei 4.737/65).

O relator elaborou o substitutivo com base em projetos dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Das quatro propostas, somente a de Mozarildo previa a obrigatoriedade do voto do eleitor em trânsito. Os outros, lembrou Jereissati, tratam o voto em trânsito apenas como direito e não como dever, o que é “dissonante com o mandamento constitucional do voto obrigatório”.

– Com o sistema eletrônico de votação, aumenta a possibilidade de tornar plenamente eficaz esse mandamento magno, com a regulação do voto em trânsito para todos – assinalou Jereissati.

Conforme a proposta, a delimitação de seções equipadas de urnas e mesários para a votação dos eleitores em trânsito obedecerá a uma ordem de prioridade, de acordo com a complexidade de cada processo eleitoral, começando pelas eleições presidenciais até as eleições para vereadores.

Nos pleitos para presidente e vice, o voto será obrigatório para todos os que se encontram fora de seu domicílio. Para prefeito e vice e vereador, será para todo o eleitor que se encontra fora dos limites das circunscrições dessas eleições.

Para governador e vice, senador, deputado federal e estadual, a universalização das seções de urnas e mesários será feita de forma diferenciada para atender ao eleitor que estiver em município incluído nos limites da circunscrição dessas eleições e para o eleitor que se encontre fora desses limites.



Jereissati reuniu quatro projetos em substitutivo, para assegurar voto em trânsito

Proposta permite partilha e inventário extrajudiciais

Na mesma reunião, a CCJ aprovou, em decisão terminativa, projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) que permite a realização de inventário e partilha extrajudiciais (PLS 155/04). O objetivo é simplificar os procedimentos feitos de forma amigável, ao permitir a divisão de bens por escritura pública, sem a necessidade de homologação judicial. A matéria voltará a ser apreciada em turno suplementar.

– Acreditamos que a proposição tornará mais simples e menos onerosos os procedimentos da partilha amigável de herança, sem eliminar a possibilidade de que seja feita pelos meios judiciais já previstos em lei – avaliou César Borges.

A proposta acrescenta o inciso II ao artigo 2.015 do Código Civil, para permitir que, se os herdeiros forem capazes, poderão fazer a partilha amigável “por termo nos autos do inventário ou escrito particular homologado pelo juiz”. O inciso I desse mesmo artigo já previa que a partilha poderia ser feita por escritura pública, extrajudi-

cialmente, quando existisse um único bem a partilhar.

César Borges também acrescenta, em sua proposta, o artigo 1.037-A ao Código de Processo Civil, para determinar que “nos casos de partilha amigável, a escritura pública só será lavrada pelo cartório competente depois de apresentada a declaração assinada por todos os herdeiros e meeiro, se houver, com a atribuição de valor do bem, plano de partilha e prova de quitação de tributos”.

O relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao apresentar parecer favorável, elogiou a proibição da realização de partilha extrajudicial caso haja credor do espólio, prevista no parágrafo único do artigo 1.037.

– A proibição explica-se pela inexistência de meios de controle para a notificação e manifestação, em contraditório. Igualmente correta é a exigência, para a formulação da partilha extrajudicial, de os interessados provarem a quitação de tributos, porque a via alternativa não apresenta dispensa de encargos fiscais – afirmou Pedro Simon.

Herdeiros podem acertar divisão de bens sem homologação

JUDICIÁRIO



Reunião do Conselho Nacional de Justiça: órgão foi criado pela reforma do Judiciário, de 2004

CNJ proíbe nepotismo nos tribunais do país

O primeiro e mais visível resultado prático da aprovação da reforma do Judiciário veio no fim do mês passado, quando o Conselho Nacional de Justiça (criado pela mesma emenda constitucional) decidiu proibir o nepotismo no Poder Judiciário e deu prazo de 90 dias para a demissão de todos os parentes contratados irregularmente nos tribunais do país.

A decisão foi tomada pelo CNJ no dia 29 de setembro, porém o texto do projeto de resolução (que tem força de lei) só foi aprovado na reunião seguinte, dia 18 de outubro, quando começou a contar o prazo para a dispensa. A lei veda a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções gratificadas de cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau dos membros dos tribunais ou juízes vinculados.

Para o promotor de Justiça aposentado e ex-procurador-geral de Justiça de Santa Catarina João José Leal, a decisão do CNJ é muito boa “porque contribuirá para que a administração judiciária transcorra de forma mais democrática e aberta e receba apenas funcionários aprovados em concursos públicos”.

– Se os administradores públicos dos três Poderes desta sacrificada nação tivessem o compromisso ético de respeitar a Carta Magna, não teríamos milhares de esposas, companheiras, filhos, genros e até sogras ocupando cargos de confiança pela única razão de serem parentes da autoridade que tem a caneta da nomeação em suas nepóticas mãos – disse Leal.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) condenou enfaticamente, em Plenário, o que chamou de

“vergonhosa prática de contratar a parentalha”.

– Sempre procurei derrubar essa prática. Ninguém chega a qualquer instância de poder com a função de levar os parentes. O espaço deve ser ocupado pelos profissionais de carreira, por concurso. Quem tem competência, se estabelece – sustentou.

Ministério Público deve adotar proibição

Também o Conselho Nacional do Ministério Público deve ratificar o veto à nomeação de parentes na sua esfera da administração. O conselho já discutiu, em duas reuniões consecutivas (setembro e outubro), projeto de resolução que determina a exoneração, em 60 dias, de parentes, com laços de até 3º grau, de procuradores e promotores que ocupem cargos comissionados.

Reforma infraconstitucional define projetos

A discussão dos projetos de lei que vão regulamentar as novas regras criadas a partir da aprovação da reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/04) deverá estar concluída até o fim deste ano, prevê o senador José Jorge (PFL-PE), relator da Comissão Especial Mista do Congresso criada em 2005 com este objetivo.

De acordo com José Jorge, alguns tópicos da chamada reforma infraconstitucional deverão ser regulamentados pelo Poder Legislativo, como a federalização dos crimes contra os direitos humanos, as hipóteses de cabimento do segredo de justiça e a questão das súmulas vinculantes. Por isso, o relator já elaborou cinco minutas de projetos de lei tratando dos temas mais relevantes e os apresentou à análise da comissão.

Outros temas deverão ser regulamentados ainda pelo Supremo Tribunal Federal, caso das modificações na Lei Orgânica da Magistratura, ou pelos demais tribunais superiores, pelo Ministério Público Federal e pelos tribunais

estaduais.

José Jorge, relator da reforma do Judiciário no Senado, destaca que os trabalhos têm levado em conta a assinatura, em dezembro de 2004, do denominado “Pacto de Estado em Favor de um Poder Judiciário mais Rápido e Republicano”, subscrito por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O documento contém 11 itens definidos como prioritários para a implementação da reforma (*veja o quadro*).

O presidente da República enviou ao Congresso Nacional 13 novos projetos, que se somam a outros dez selecionados entre os que já tramitavam na Câmara ou no Senado, que alteram os Códigos de Processo Civil e de Processo Penal e a legislação trabalhista.



José Jorge já apresentou minutas de projetos para análise de comissão especial

As prioridades definidas pelo “Pacto de Estado em Favor de um Poder Judiciário mais Rápido e Republicano”, em dezembro de 2004

1. Implementação da reforma constitucional do Judiciário (EC 45/04)
2. Reforma do sistema recursal e dos procedimentos
3. Ampliação das defensorias públicas e do acesso à Justiça
4. Incentivo à atuação dos juizados especiais e da Justiça itinerante
5. Revisão da Lei de Execução Fiscal
6. Propostas para viabilizar os pagamentos de precatórios vencidos e não pagos
7. Sistema de acompanhamento dos inquiridos e ações judiciais relacionados aos crimes contra os direitos humanos
8. Regulamentação dos procedimentos eletrônicos no âmbito judicial
9. Produção de dados e indicadores estatísticos
10. Coerência entre a atuação administrativa e as orientações jurisprudenciais já pacificadas
11. Incentivo à aplicação de penas alternativas



COMISSÕES

Lei amplia formas de investir em educação

A expansão da oferta de educação profissional no país, por meio da criação de novas unidades de ensino pela União, passará a ser feita preferencialmente – e não mais somente, como determina a atual legislação – em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organizações não-governamentais. A mudança consta do Projeto de Lei da Câmara 70/05, que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será agora examinado pelo Plenário.

A proposta do governo federal passa a tramitar em regime de ur-

gência e mantém a possibilidade de parcerias, estabelecida em lei de 1994 como mecanismo para redução dos investimentos da União. O projeto, porém, “corrige o rigor extremo da legislação atual”, como define o relator, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). Uma vez aprovada a medida, o governo poderá criar novas unidades de ensino profissional sem se valer do instrumento da parceria.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou que o projeto retira da lei uma “restrição absurda”.

Critérios para criação de universidades em debate

A definição de critérios regionais para investimentos em novas universidades federais motivou amplo debate na reunião da Comissão de Educação (CE), na semana passada. Retirado de pauta para busca de entendimento, o projeto de lei (PLS 426/03) da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) garante prioridade para as unidades da Federação que ainda contem com poucos campi federais.

No planejamento de futuras universidades, estabelece o projeto, será levada em consideração a comparação com a média na-

cional da relação entre as matrículas em universidades federais e a população de cada estado, buscando-se equilibrar a oferta de ensino por todo o país.

O senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou o projeto e disse que o texto corrigiria uma injustiça com vários estados, uma vez que o equilíbrio federativo estaria sendo rompido. Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou se o critério estabelecido no projeto não acabaria transferindo mais recursos a estados mais ricos e terminando por “proteger os mais favorecidos”.

Teatro e dança podem ganhar incentivos

Um projeto de lei para assegurar às atividades de teatro e dança incentivos fiscais semelhantes aos que são garantidos pela Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93) ao cinema brasileiro poderá ser apresentado pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, informou o presidente Sérgio Cabral (PMDB-RJ). A proposta está sendo discutida em todo o país por artistas e empresários das artes cênicas e deve ser exposta e debatida até dezembro, em audiência pública a ser promovida pela subcomissão da Comissão de Educação (CE).

Empresas querem compensação por meia-entrada

As entidades de teatro e dança do Brasil querem a inclusão das empresas de artes cênicas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) e compensação pela concessão de meia-entrada nos espetáculos. Essas são algumas das reivindicações apresentadas à Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, da Comissão de Educação, em documento com oito tópicos assinado por entidades de teatro e de dança de todo o país.

Nome de consumidor em lista só com aviso

A inclusão do nome de consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes só poderá ser feita após comunicação prévia. De acordo com substitutivo a projeto aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), fornecedores de bens também serão obrigados a marcar dia e hora para entrega de mercadorias ou prestação de serviços. O projeto (PLS 30/03), apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), altera o Código de Defesa do Consumidor e será enviado à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado.

O substitutivo recebeu emenda do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) determinando que a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de con-

sumo, quando não for solicitada pelo consumidor, deverá ser comunicada a ele por escrito, com antecedência mínima de cinco dias. Se a entidade responsável pelo serviço de banco de dados e cadastros relativos a consumidores ou serviço de proteção ao crédito não fizer a comunicação, o registro será considerado nulo.

A comissão aprovou ainda, em turno suplementar, substitutivo a projeto que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar à mercadoria defeituosa, caso a reparação do defeito exigir mais de dois dias (PLS 349/04). A proposta é do senador Demos-



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Sérgio Cabral é autor de projeto que altera o Código de Defesa do Consumidor

tenes Torres (PFL-GO) e será submetida ao Plenário.

Foi acolhida também a proposta do presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), de apurar passivos ambientais produzidos pela hidrelétrica de Lajeado (TO).

Reposição florestal passa na comissão

O projeto de lei que modifica o Código Florestal para permitir a reposição e a recomposição de reserva legal mediante o plantio de palmáceas em áreas alteradas foi aprovado, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A matéria (PLS 110/05), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recebeu



Flexa Ribeiro

emenda do relator *ad hoc*, César Borges (PFL-BA), a partir de sugestões de Gerson Camata (PMDB-ES) e Sibá Machado (PT-AC). Se não for submetido ao Plenário, o projeto será enviado à Câmara.

A emenda determina que, no caso de reposição florestal, terão prioridade os projetos que utilizem espécies

nativas, além do plantio de palmáceas nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica, atendido o zoneamento econômico-ecológico e os critérios do órgão ambiental competente. O projeto previa apenas o uso de palmeiras exóticas e nativas.

Flexa Ribeiro diz que a proposta não altera o regime de exploração das áreas de reserva com floresta nativa nem muda a forma de conservação de áreas de preservação permanente.

Restrições à recomposição indiscriminada

A reposição florestal é uma forma de devolver matéria-prima à floresta, evitando seu esgotamento futuro.

Ambientalistas apontam dois principais problemas na permissão do uso de espécies vegetais diversas das originais na reposição florestal. Primeiro, espécies

diferentes, especialmente exóticas, podem causar mudanças profundas no ecossistema e alterações no uso do solo. Além disso, a recomposição indiscriminada com palmáceas, por exemplo, seria como autorizar a substituição maciça de florestas, com conseqüente

empobrecimento genético. Outra solução – a reposição parcial com palmáceas da região – incrementaria o uso sustentável da floresta, mas ambientalistas temem que, sem controle do Estado, florestas densas sejam substituídas por zonas de agricultura de palmáceas.

Cristovam assume CDH e propõe discutir direito à alfabetização

Ao assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) prometeu levar à comissão o debate sobre o direito à alfabetização. Ele disse que a CDH será um grande fórum para discutir as injustiças no Brasil.

– Representa um atentado aos direitos humanos o fato de a pessoa não ter um professor e uma escola para ser alfabetizada – declarou Cristovam, ao lado do senador Paulo Paim (PT-RS),

eleito vice-presidente.

Cristovam informou que a primeira iniciativa da comissão, por sugestão do senador Mão Santa (PMDB-PI), será a de publicar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que vai apresentar proposta de emenda à Constituição para colocar entre as atribuições do Senado a de decidir pela cassação de mandatos de deputados estaduais e vereadores, em casos como o



Cristovam, agora no PDT, é o novo presidente da Comissão de Direitos Humanos

que aconteceu recentemente em Rondônia, onde quatro deputados acusados de cobrar propina em troca de apoio político ao governador foram absolvidos.

Demostenes Torres sugere intervenção federal em Rondônia

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) entrou com representação junto à Procuradoria Geral da República, depois de tomar conhecimento da decisão da Assembléia Legislativa de Rondônia, que absolveu quatro deputados acusados de quebra de decoro (cobrar propina para dar apoio político ao governador Ivo Cassol). Relator da comissão especial externa que acompanha as apurações de denúncias relativas ao caso, o senador considera que a situação político-administrativa de Rondônia mostra “ilegalidade e abuso de poder” e é passível até de intervenção federal.

Demostenes tomará as medidas jurídicas cabíveis assim que voltar de Nova York, onde está integrando o grupo de parlamentares brasileiros na função de observador junto à Assembléia Geral das Nações Unidas. Ele lembrou que caso o procurador-geral concorde com a representação, deverá provocar o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem poderes para decretar a intervenção federal no estado.

Desde junho, a comissão externa vinha tentando ouvir o governador Ivo Cassol, que nunca chegou a comparecer às audiências.

COMISSÕES



Para Patrícia Saboya (E), luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente tem que ser diária

Encontro discute direitos infanto-juvenis

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou, na abertura do I Encontro de Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o debate sobre esses direitos deve começar pelo Orçamento da União, com a liberação de mais recursos para a área. Ele defendeu também a federalização da gestão da educação básica e a criação da Agência Nacional de Proteção da Criança, para fortalecer as ações do setor.

– O desafio que enfrentamos no momento é ter mais recursos para federalizar a gestão da educação básica. Não se trata de centralizar a educação, mas a responsabilidade tem que ficar nas mãos do governo federal. Não pode continuar na mão dos municípios, que enfrentam situações muito díspares – disse.

Para a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), a luta pelos direitos da criança e do adolescente tem que ser diária e contagiar o coração das pessoas.

Patrícia Saboya quer ampliar orçamento para crianças

Coordenadora da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente no Senado, Patrícia Saboya vai pedir a realização de audiência pública para discutir e tentar ampliar os recursos para programas destinados a crianças e adolescentes, por meio de emendas ao Orçamento da União de 2006.

– A audiência deverá contar com a participação de parlamentares, representantes da área social e do governo federal – propôs a senadora. O anúncio foi feito no I Encontro de Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, evento que ocorreu no último dia 25 e foi organizado para avaliar o funcionamento e fortalecer a Rede Nacional de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, pacto firmado em Fortaleza, em maio deste ano.

Também na última semana, o senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra previsão de corte de R\$ 18,8 milhões no

– Se queremos construir um país mais justo, temos que começar pelas nossas crianças – afirmou ela, que coordena, no Senado, a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) alertou para a importância de as prefeituras assinarem termo de compromisso com o Ministério do Desenvolvimento Social para fazer um cadastramento de todas as famílias incluídas no Bolsa-Família, para que elas também sejam beneficiadas por outros programas do governo federal.

Já para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), coordenadora da frente, hoje a luta do movimento parlamentar é sobretudo ética e precisa avançar para que as crianças possam ter acesso à cidadania plena. Para a deputada Telma de Souza (PT-SP), coordenadora da frente na Câmara dos Deputados, “lugar de criança é no orçamento e no coração da gente”.

Orçamento de 2006 para investimentos em cinco programas relacionados à Subsecretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República.

De acordo com Paim, esses recursos seriam destinados à erradicação do trabalho infantil, ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, à defesa dos

direitos da infância, à proteção da adoção e ao combate ao seqüestro internacional.

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) la-

mentou que o governo tenha liberado apenas 5% dos R\$ 200 milhões destinados à infância no Orçamento de 2005. Em resposta, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), garantiu que mais de 8 milhões de famílias recebem complemento salarial de R\$ 76 para manter crianças e adolescentes carentes na escola, destacando o aperfeiçoamento do cadastro das famílias e o êxito de condicionar o auxílio à manutenção das crianças na escola.

Aposentadoria mais cedo para deficiente

Os portadores de deficiência incluídos no Regime Geral de Previdência Social poderão cumprir requisitos e critérios diferenciados para obter a aposentadoria. De acordo com projeto de lei complementar (PLS 252/05) do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), as pessoas com limitação físico-motora, mental, visual, auditiva ou múltipla poderão aposentar-se voluntariamente após 25 anos de contribuição. O tempo de contribuição para os demais trabalhadores é de 35 anos.

O projeto regulamenta mudanças da reforma da Previdência. As despesas decorrentes da concessão correrão por conta das dotações próprias do Orçamento da União, conforme emenda do relator, senador Gilberto Goellner (PFL-MT). A proposta será examinada pelo Plenário.

A comissão também aprovou, em decisão terminativa, projeto que prorroga o prazo para a concessão de aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais até julho de 2009 (PLS 173/05). Apresentado pelo senador César

Borges (PFL-BA), o projeto recebeu emenda do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), para que a decisão vigore a partir do primeiro dia de publicação da lei no *Diário Oficial da União*.

Raupp explica que os 15 anos previstos na legislação previdenciária (Lei 8.213/91) encerraram-se em julho de 2006, quando passará a ser contado o novo período de mais três anos para a concessão do benefício. O novo prazo também servirá para que

a Previdência se organize e adote as providências necessárias ao pagamento da aposentadoria àqueles trabalhadores.

Moção de repúdio a associação

Foi aprovada ainda moção de repúdio a notícia do *site* da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir), com críticas a projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que obriga a colocação de tampa plástica nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal (PLS 16/04).

O projeto foi retirado da pauta pelo autor, que também requereu o repúdio, por considerar desrespeitosa a forma como os parlamentares e o projeto são tratados na notícia. Para Romeu Tuma (PFL-SP), a tampa é importante porque o lacre vai para dentro da lata e entra em contato com o produto, que muitas vezes é armazenado em local sem higiene e ameaça a saúde do consumidor.



Paulo Paim é autor do projeto que beneficia pessoas com deficiência

Indústria debaterá importação de pneus

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve promover um encontro entre representantes da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados e da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos.

A proposta do encontro foi feita pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que presidiu, na semana passada, a reunião da CAS onde foi discutido projeto de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR) sobre importação de pneus usados, com a partici-

pação de representantes do governo e de empresas fabricantes de pneus.

O projeto visa permitir a importação de carcaça de pneus da Europa para uso em processos de recauchutagem e remodelagem, mas proibir a entrada de pneus já recauchutados.

Representantes do Ministério do Meio Ambiente questionam o projeto alegando que, no momento em que a importação de carcaça for permitida, a entrada de pneus recauchutados não po-

derá ser controlada, uma vez que não há como avaliar e classificar todos os pneus que entrarem nos portos brasileiros.

Raupp defendeu a criação de um sistema de coleta das carcaças brasileiras, que seriam distribuídas às indústrias fabricantes de pneus. Assim, a indústria brasileira seria beneficiada sem precisar importar a matéria-prima de outros países, argumentou. Uma nova reunião foi marcada para o próximo dia 10, às 14h30.

Raupp quer mais vistos para brasileiros nos EUA

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou viagem que fez aos Estados Unidos na condição de presidente interino da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Emigração Ilegal, onde verificou as condições de vida dos brasileiros que moram e trabalham em situação irregular nos Estados Unidos.

Ele substituiu o titular, senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), e destacou encontro com o senador Edward Kennedy, do Partido Democrata norte-americano, autor de um projeto para permitir aos que migram para os Estados Unidos ilegalmente receberem documentos provisórios por três anos, prorrogáveis por mais três. Segundo Raupp, o projeto de Kennedy tem o apoio até do Partido Republicano no Congresso dos Estados Unidos.

Raupp afirmou ainda que a CPI apresentará uma proposta à diplomacia norte-americana solicitando o aumento do número de vistos liberados para brasileiros, de 6 mil para 30 mil por ano. A CPI considera o número atual insuficiente em vista do volume das relações comerciais entre os dois países. Valdir Raupp anunciou, ainda, que até o início de 2006, a CPMI apresentará seu relatório final.

Camata apóia isenção para exibidores de filmes

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Gerson Camata (PMDB-ES), anunciou que solicitará ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a rápida inclusão na ordem do dia do Projeto de Lei 532/03, que isenta as empresas exibidoras de filmes do recolhimento de 2,5% de sua arrecadação para pagamento de direitos autorais pela execução de obras musicais incluídas em filmes nacionais e estrangeiros.

O presidente da CE lembrou que os direitos autorais já são pagos pelos produtores dos filmes. Não haveria então, na sua opinião, motivo para nova cobrança – cerca de R\$ 17 milhões anuais, sendo quase 90% para músicos de fora do país – no momento da exibição.

Anatel pede mais recursos para 2006

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Gurgel, pediu ao presidente da CE apoio ao aumento da dotação destinada ao órgão pelo projeto da Lei Orçamentária de 2006. Segundo Gurgel, R\$ 507 milhões foram solicitados pela agência, mas apenas R\$ 241 milhões foram previstos pelo governo na proposta enviada ao Congresso. Em resposta, Camata abriu a possibilidade de apresentação de uma emenda da comissão ao projeto de Orçamento de 2006.

PLENÁRIO

Nova MP do Bem é aprovada no Congresso

Dessa vez, deu certo. O maior pacote de desonerações fiscais do governo Luiz Inácio Lula da Silva, chamado de MP do Bem, foi aprovado nas duas Casas no prazo de uma semana, depois que fracassaram as negociações em torno da medida provisória específica, a MP 252, que expirou no último dia 13 de outubro. A alternativa foi enxertá-la na MP 255, uma medida simples que prorroga o prazo para que os participantes de fundos de previdência privada escolham o regime de tributação ao qual serão submetidos.

Aos três artigos iniciais da MP 255, a Câmara acrescentou outros três no projeto de lei de conversão (PLV 25). A inclusão da MP do Bem foi feita no Senado, que

elaborou um outro projeto de conversão (PLV 28), com quase 140 artigos. O pacote de desonerações é tão amplo que, tanto na quarta-feira, na última rodada de votações no Senado, quanto na quinta, quando foi aprovada na Câmara, não se sabia ao certo o tamanho da perda fiscal. Foram alteradas mais de 30 leis, modificando 11 tributos, conforme a Consultoria do Senado.

O governo fez concessões importantes. Aceitou que o se-

nador Amir Lando (PMDB-RO) não incluisse no seu relatório o dispositivo que emperrou as negociações da MP 252 na Câmara, porque prorrogava de 60 dias para até dois anos o pagamento de ações, contra a União, de pequeno valor (até R\$ 18 mil) quando os recursos orçados fossem insuficientes. Também admitiu, como queria a oposição e entidades empresariais, dobrar o limite de enquadramento no Simples, que substitui seis tributos federais por um único.

Os tetos subiram de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil de receita bruta

Para garantir as desonerações, foram alteradas mais de 30 leis sobre tributos

anual no caso das microempresas e de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões para ser considerada pequena empresa. No entanto, nova MP deve ser editada até o final

do ano, criando novas faixas para o Simples – de 3% a 8,6% atualmente –, que poderiam atingir no máximo 12,5% e com isso diminuir a perda de receita, estimada em R\$ 1,8 bilhão anual.

Os benefícios fiscais originais da MP 252, como estímulos a empresas exportadoras e de tecnologia, inclusão digital da população de baixa renda e incentivos ao mercado imobiliário, entre outros, foram assegurados. Houve empenho em se manter os



Senadores se cumprimentam após aprovação da MP 255, que resgatou os benefícios da MP do Bem

que foram incluídos na primeira MP do Bem. E foram ampliados os setores beneficiados, como o caso dos recicladores, defendidos pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), antes restritos à sucata de alumínio.

O parcelamento em até 240 meses das dívidas das prefeituras com a Previdência (o prazo atual é de 60 meses), considerada a principal contribuição do Senado na conversão da MP 252, ganhou alguns aperfeiçoamentos. Ficou claro, por exemplo, que o limite máximo de cada parcela não excederá o correspondente a 9% do Fundo de Participação do Município (FPM). O valor mínimo, de 1,5% da receita corrente líquida, já havia sido definido no parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da MP 252.

Entretanto, a outra novidade foi derrubada na Câmara. O deputado Benedito Dias (PP-AP) rejeitou em seu parecer a remissão do saldo devedor que sobrar após o pagamento das 240 parcelas.

Isenção em áreas de livre comércio fica para depois

O acordo para aprovar a nova MP do Bem na Câmara eliminou a emenda que suscitou a maior polêmica nos dois dias de votação no Senado. Apresentada pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a emenda concedia isenção de cobrança de IPI na comercialização no mercado interno de bens produzidos nas áreas de livre comércio (ALC) da Amazônia Ocidental e do Amapá.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), inicialmente contra a medida, votou a favor depois de reconhecer que ela era boa para o seu estado. Na Câmara, no entanto, o líder do partido, deputado Alberto Goldman (SP) liderou o ataque à emenda.

Conforme o acordo, uma comissão deverá estudar o conteúdo da emenda e propor até o final do ano projeto de lei, ou sua inclusão em projeto de lei de conversão que promova o desenvolvimento da

Amazônia Oriental (AP e Pará).

A emenda Sarney abria a possibilidade de a Suframa definir pólos produtivos na sua área de atuação (Amazônia Ocidental e AP), que contariam com isenção de IPI. O órgão delimitaria os produtos que não teriam o benefício. Para usufruir da isenção, os produtos precisariam usar, preponderantemente, matéria prima regional – animal, vegetal, mineral ou agroindustrial.

Hoje já existem sete ALCs, das quais três estão em funcionamento: Guajará-Mirim (RO), Macapá e Santana (AP) e Tabatinga (AM). A nova MP do Bem criou, no Senado, três novas áreas, só que no Pará, fora do alcance da Suframa: Santarém, Barcarena (onde está um dos principais pólos de alumínio do país) e Almeirim, na fronteira com Amapá e o Suriname. O dispositivo foi derrubado na Câmara.

Senado retifica acordo sobre tabaco

O Senado ratificou, na quinta-feira, o tratado internacional para a redução do consumo de cigarros e outros produtos derivados do tabaco – a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. O projeto de decreto legislativo (PDS 602/04) que aprovou a medida foi à promulgação. Estima-se que, a cada ano, morram 5 milhões de

pessoas devido ao tabagismo, sendo 200 mil no Brasil.

Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e outros senadores afirmaram que a ratificação só foi possível porque o governo se comprometeu, por meio de um documento enviado pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em garantir a atividade dos produtores de fumo.

Antes da votação, o relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Heráclito Fortes (PFL-RS), havia anunciado seu parecer favorá-

vel à ratificação do tratado.

Heráclito disse em Plenário que, antes da iniciativa liderada por Dilma Rousseff, não havia sido procurado por nenhum ministro ou senador que apoiasse a proposta, com a exceção de Tião Viana (PT-AC).

– Houve um momento em que pensei que esse projeto não teria êxito – frisou Heráclito, ressaltando que só se decidiu pelo parecer favorável após se certificar que “a vida dos agricultores ligados ao tabaco, ou seja, suas atividades, não estaria em jogo”.

Renan e Amorim discutem relações no Mercosul e Convenção-Quadro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com quem conversou sobre o Mercosul e a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, temas considerados prioritários nas relações entre o Legislativo e o Itamaraty. Renan e Amorim

concordaram com a necessidade de se aprovar logo o fundo estrutural que vai destinar investimentos públicos para reduzir desigualdades e melhorar o poder de competição dos países do Mercosul. O fundo visa evitar que países menores sofram com desequilíbrios estruturais decorrentes da própria integração.



ROOSEVELT PINHEIRO

Relator da matéria, Heráclito manifesta preocupação com os produtores de fumo

Verbas para recuperação de rodovias e reforma agrária

O Senado aprovou na quinta-feira a Medida Provisória 256, que abre crédito extraordinário de R\$ 425,95 milhões para os ministérios de Minas e Energia e dos Transportes. A maior parte, R\$ 380,2 milhões, vai para os Transportes, sendo R\$ 263,33 milhões destinados à recuperação de rodovias. Os trechos beneficiados são considerados corredores estratégicos da produção agrícola. Outros R\$ 116,87 milhões serão aplicados na construção de trecho da Ferrovia Norte-Sul.

Para a Agência Nacional do Petróleo (ANP), vinculada à pasta de Minas e Energia, foram destinados R\$ 45,75 milhões, para a realização de pesquisas geológicas e geofísicas sobre o potencial de produção de combustíveis fósseis no território brasileiro e para estudos de redução de risco ambiental na exploração do petróleo.

O Senado também aprovou a MP 257, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,214 bilhão para os ministérios da Integração

Nacional e do Desenvolvimento Agrário e para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro Mais). Os recursos são decorrentes de superávit no Balanço Patrimonial da União de 2004, de anulação de dotações orçamentárias e de lançamento de Títulos da Dívida Agrária.

A MP destina R\$ 700 milhões ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), visando à compra de imóveis rurais para a implantação de assentamentos. A suplementação extraordinária é necessária, de acordo com o governo, porque o preço médio das terras, previsto em R\$ 570 por hectare no Orçamento da União, não reflete a realidade nacional. O custo médio da desapropriação está em R\$ 1.190 por hectare.

O Plenário acolheu ainda na quinta-feira projeto de lei da Câmara (PLC 55/2005), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES).

PLENÁRIO

Sessão celebra trajetória do papa João Paulo II

Com a presença do núncio apostólico (representante do Vaticano), dom Lorenzo Baldiseri, e do embaixador da Polônia, Pawel Kulka Kulpowski, o Senado realizou sessão especial em homenagem à memória do papa João Paulo II. O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Pedro, participou da cerimônia.

A sessão, aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, contou ainda com a presen-

ça dos arcebispos eméritos do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, e de Brasília, dom José Freire Falcão, e dos arcebispos de Brasília, dom João Braz de Aviz, e de Natal, dom Heitor Sales.

Os embaixadores da Síria, Ali Diab; da Guatemala, Manuel Estuardo Roldan Barillas; e de Mianmar, Htein Win, acompanharam os discursos que analisaram todos os aspectos da vida do Papa, em especial seu papel político e religioso.



Arcebispos eméritos de Brasília, dom José Freire Falcão (E), e do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, participam da sessão

Missão evangelizadora é destaque

Ao discursar na sessão de homenagem ao papa João Paulo II, o presidente Renan Calheiros lembrou a multidão que foi às ruas lamentar a morte do Sumo Pontífice, ocasião em que foram exibidos cartazes pedindo que ele fosse santificado. “*Santo subito*, ou seja, santo já”, rememorou. Ele também afirmou que, enquanto esperam a decisão da Igreja sobre a canonização de João Paulo, os fiéis católicos prosseguem acreditando em sua santidade.

Renan relembrou sua viagem para assistir ao funeral do Papa ao afirmar que, agora, passados quase sete meses da morte de João Paulo II, chegou o momento de fazer uma reflexão sobre aquele que esteve 27 anos à frente da Igreja católica.

Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), João Paulo II marcou sua atuação com profunda convicção sobre a importância da missão evangelizadora da Igreja. Maciel salientou, no entanto, que a preocupação social era parte dessa missão e obrigava Karol Wojtyła a falar em nome

dos pobres, convencido de que “não podiam mais esperar”.

Pedro Simon (PMDB-RS) observou que um ponto culminante da atuação de João Paulo II foi o empenho que mostrou no sentido de aprofundar o ecumenismo.

O compromisso com a liberdade e a democracia foi uma das marcas do pontificado, salientou Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem tal característica estava relacionada com a experiência de Wojtyła em um país marcado por invasões, massacres, perseguições e regimes totalitários, a Polônia.

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a luta pelos direitos dos trabalhadores como um dos aspectos mais importantes da biografia do Papa.

Delcídio Amaral (PT-MS) disse acreditar que João Paulo II soube como poucos reconhecer a complexidade dos tempos em que viveu e os múltiplos caminhos que levam à “eternidade” e, em razão disso, não economizou esforços em favor do ecumenismo.

Senado lembra morte de Vladimir Herzog

O Senado realizou sessão especial em homenagem ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar no dia 25 de outubro de 1975. A homenagem foi requerida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e pelo senador João Capiberibe (PSB-AP).

Vladimir Herzog, conhecido por Vlado pelos amigos, era diretor da TV Cultura em meados da década de 70. Ligado ao PCB, sua carreira, construída ao longo de décadas em vários dos mais importantes veículos de comunicação do país, era pautada na luta pela liberdade de expressão e na defesa dos direitos humanos.

No dia 24 de outubro de 1975, foi intimado a comparecer ao prédio do DOI-Codi, órgão de repressão da ditadura, para

“prestar explicações”. No dia seguinte, seu corpo foi apresentado à imprensa. Vlado estava pendurado pelo pescoço na grade de uma janela que era mais baixa que ele próprio. Versão oficial: suicídio.

A Justiça admitiu a culpa da União pela morte de Herzog em 1978. Em 1987, foi concedida uma indenização à família do jornalista, que só começou a ser paga no final da década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Herzog virou um símbolo da luta pela liberdade e a defesa dos direitos humanos, em especial para outros jornalistas. O seu nome batizou centros aca-



Eduardo Suplicy foi autor de um dos requerimentos para a sessão especial

dêmicos de várias faculdades de jornalismo no país e o principal prêmio de direitos humanos dado a profissionais da área.

Suplicy cobra a abertura dos arquivos

Na sessão especial, Eduardo Suplicy pediu a atenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a necessidade de abertura dos arquivos da ditadura, como forma de homenagear o jornalista morto durante o regime militar. O senador disse que esse é um direito das famílias dos desaparecidos políticos e tal atitude proporcionaria um reencontro com a história do país.

Suplicy afirmou esperar que “a luz de Herzog ilumine os amantes da liberdade e da democracia” para que crimes contra a pessoa humana como aquele não ocorram mais.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o 30º aniversário da morte de Herzog é uma oportunidade para os parlamentares refletirem sobre a responsabilidade de, como adversários do regime, terem passado a legítimos representantes do povo.

Cristovam Buarque (PDT-DF) comparou a tortura vivida pelo jornalista com o sofrimento

promovido pela desigualdade social brasileira. Para ele, Herzog está vivo, pois a causa por que lutou ainda não foi alcançada: a libertação plena do Brasil.

– Herzog não morreu, pois heróis não morrem. Não quero apenas prestar homenagem ao jornalista, mas também lembrar tudo que ainda não fizemos pelos Herzogs de hoje, pessoas que não estão com seus corpos enforcados, mas cujo dia-a-dia é, da mesma maneira, uma forma de tortura – frisou o senador, lembrando que a democracia não extinguiu o “apartheid social”.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) leu em Plenário texto escrito pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), em que ele narra detalhes de sua prisão em Belém pela ditadura militar nos anos 60 e compara as dificuldades vividas com a época atual, durante o processo de cassação de seu mandato.

– Sinto às vezes, na minha

vida, que o passado se aproxima perigosamente do presente, produzindo sensações de profundas injustiças. Foi assim que, no dia 1º de abril deste ano, voltei a ouvir com nitidez ecos da campana do presídio, logo que o ministro Carlos Velloso, do Tribunal Superior Eleitoral, concluiu seu relatório condenando a mim e a minha companheira Janete à perda de nossos mandatos – disse Capiberibe, na voz de Mão Santa.

“Tortura é uma arma infame”

Serys Shessarenko (PT-MT) assinalou a grandeza do homenageado, prestou solidariedade à viúva, Clarice, e destacou seu comprometimento com a luta pela democracia no país.

– Só os vis e covardes podem lembrar a ditadura com saudade. A tortura é uma arma infame da ditadura e foi ela que matou Vladimir – afirmou.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou que não há revanchismo ou desejo de vingança em lembrar as condições em que Herzog foi morto. Para ele, a história é mesmo para ser contada e recontada, até porque o jornalista fez história.



Vladimir Herzog

CORTESIA DA MEMÓRIA (SP)

Homenagem à “mãe” dos direitos civis nos EUA

O Plenário homenageou a americana Rosa Parks, morta no dia 24, aos 92 anos, e considerada a “mãe americana pelos direitos civis” por ter se negado a ceder o lugar em um ônibus para um homem branco, em 1955, rompendo com uma prática racista que caracterizava o comportamento social de então no estado do Alabama.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a atitude de Parks mar-

cou o florescimento do grande movimento de direitos civis nos EUA, liderado pelo pastor Martin Luther King.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que Rosa é um “exemplo de liberdade que se espalha para o mundo como bom vento”. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), lembrou o fato de como uma simples cidadã pode “mudar a vida de toda uma sociedade”.

Garibaldi pede pressa nas indenizações

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ao governo federal que agilize o julgamento dos 33 mil casos de anistia que se encontram parados na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O parlamentar lembrou que se passaram 40 anos dos fatos e há pessoas que já estão idosas e não podem esperar muito mais tempo para receberem suas indenizações.

Garibaldi sugeriu a criação de uma comissão de senadores para pedir agilidade ao ministro Márcio Thomaz Bastos e ao presidente da Comissão de Anistia, Marcelo

Lavenère. Segundo ele, o governo precisa perceber a urgência do julgamento dos processos.

O parlamentar citou o caso “emblemático” do ex-líder do Sindicato dos Estivadores de Natal e líder do Partido Comunista Brasileiro, Pretestato José da Cruz, que teve seus direitos políticos cassados e só retornou ao país em 1976, após 12 anos no exílio.

– Com 82 anos, ainda não foi beneficiado e está perdendo a esperança de ver seus direitos respeitados – informou Garibaldi.

O parlamentar potiguar indagou se Pretestato será capaz

de esperar mais, uma vez que, conforme informou o próprio ex-líder comunista, a comissão se reúne apenas uma vez por mês, os conselheiros não moram em Brasília e o número de processos é imenso.

O senador comentou entrevista do presidente da comissão, Marcelo Lavenère, ao *Correio Brasileiro*, em que ele teria declarado haver polêmica sobre a questão, especialmente dos setores conservadores. Para Garibaldi, é pouco provável que 90% dos processos sejam julgados até o final de 2006, como prometeu Lavenère.

REFERENDO Oposição atribui resultado ao fracasso das medidas tomadas pelo governo contra a criminalidade

“Vitória do não é apelo à segurança”

O resultado do referendo sobre a comercialização de armas e munições mobilizou boa parte dos discursos em Plenário na segunda-feira. Embora a oposição tenha feito muitas críticas ao governo federal, os discursos convergiram para a constatação de que o referendo foi uma vitória do processo democrático nacional e de que pode ser instrumento

para uma política de segurança. Vários senadores atribuíram o sucesso do “não” à inconformidade dos eleitores com a ausência dessa política. Pelos números finais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o “não” obteve 63,94% dos votos, contra 36,06% do “sim”. Votaram 95,3 milhões de eleitores, representando 78,15% do eleitorado nacional.

José Jorge diz que vitória ampla surpreendeu

José Jorge (PFL-PE) afirmou que a vitória do “não” representa uma derrota do governo, pois se ele não tivesse se posicionado pelo “sim”, talvez esta fosse a opção vitoriosa. José Jorge disse



José Jorge

que a vitória do “não”, pela margem alcançada, surpreendeu, lembrando que, há 40 dias, esperava-se que a maioria optasse pelo “sim”, principalmente levando-se em conta o número de crimes com arma de fogo no país, que está entre os maiores do mundo. Para o senador, a ideia de que a proibição desarmaria a população, mas não desarmaria os bandidos, explica em parte o que aconteceu.

Paim acha que gaúchos reagiram a vários fatores

Paulo Paim (PT-RS) avaliou que os eleitores mostraram sua insatisfação com a situação da segurança pública no país.

– Já prevíamos um resultado como esse. Podemos mesmo acreditar que o simples fato de proibir a venda de armas iria acabar com a violência? A violência, a nosso ver, só terá fim quando nossa gente tiver melhores condições de vida – opinou o senador.

Paim ponderou que a grande vitória do “não” no Rio Grande do Sul (85,07% dos votos) se deveu a uma reação da população a vários fatores que vêm trazendo prejuízo ao estado. O senador citou a possibilidade de desemprego, tendo em vista que as quatro maiores fábricas de armas do país estão instaladas no Rio Grande do Sul. Ele mencionou ainda a redução das exportações do estado, provocada pela queda do dólar e pelo surto de febre aftosa em Mato Grosso do Sul.

Maciel diz que cidadãos enviaram recado claro

Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o governo deve estar atento ao recado que a população deu nas urnas, sinalizando sua desconformidade com a política de segurança do país e seu inconformismo diante das constantes denúncias de corrupção.

Embora tenha optado pelo “sim”, Marco Maciel cumprimentou os brasileiros pela maturidade política que demonstraram comparecendo em massa aos postos de votação para expressar sua vontade, mas pediu que mecanismos como plebiscitos e referendos, assegurados pela Constituição, não sejam banalizados.



Marco Maciel

Efraim prevê: urnas dirão “não” ao governo em 2006

Efraim Morais (PFL-PB) previu que, mantido o quadro atual do governo Lula, o “não” que venceu o referendo sobre o comércio de armas retornará mais contundente ainda nas eleições de 2006. Para Efraim, a maioria que disse “não” nas urnas diz não também ao governo Lula, uma vez que a lei do desarmamento remetia ao Estado a missão de desarmar a sociedade, e a sociedade associa o Estado ao governo, que é o seu gestor.

– A verdade é que só agora as camadas mais desassistidas da população, com menos acesso à informação e menos recursos para decodificá-las, começam a perceber a responsabilidade do presidente nas denúncias de corrupção que há quase cinco meses ocupam a mídia – afirmou Efraim, citando que o Instituto Datafolha apurou aumento de quatro pontos percentuais entre os que atribuem a Lula “muita responsabilidade” nos casos de corrupção.

ACM afirma que Lula receberá outros “não”

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) avaliou que o país votou “não” para castigar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se manifestou pelo “sim”.

– O “não” disparou a partir do momento em que Lula assumiu o partido do “sim”. A culpa foi dele. E será sempre dessa forma: quantos “sim” apareçam com Lula à frente, o “não” será vencedor. Esse foi apenas o primeiro grande “não” que ele recebeu. O grande “não” virá nas próximas eleições – previu.

Essa derrota seria exclusivamente do presidente, afirmou o senador, e “provaria sua incapacidade de governar, além de demonstrar sua insensibilidade diante dos problemas do povo”. Seria “seu castigo” por empregar mal os recursos e não garantir a segurança pública, disse Antonio Carlos, que criticou Lula por só se empenhar em pagar o “mensalão” e por fazer demagogia com dinheiro público.

Eleitor cobrou política de segurança, avalia Virgílio

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) considerou que o triunfo do “não” representou a condenação da população à classe política e aos governos por não terem estabelecido proposta eficaz de segurança pública para o país. Ele acrescentou que tanto os que votaram “não” quanto os que votaram “sim” expressaram sua insatisfação contra o atual estado de insegurança.

Virgílio justificou que a intenção dos que – como ele – se posicionaram pelo “sim” foi dizer ao governo que, se por um lado os homens de bem do país estavam propondo a se desarmar, por outro estavam cobrando do governo o desarmamento dos bandidos e a adoção de políticas sociais e de segurança pública.

– Em nenhum momento caí na esparrela de que havia uma disputa entre os bons, os pacifistas e os politicamente corretos do “sim” contra os trogloditas do “não”. Não sou maniqueísta.

Agripino saúda consulta à vontade da população

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse estar com a consciência tranqüila com o resultado do referendo sobre o comércio de armas e munições, realizado no dia 23, pois, para o senador, o mais importante foi ter realizado a consulta popular, já que era importante dar à população a oportunidade de opinar a respeito das mudanças introduzidas na legislação pelo Estatuto do Desarmamento.

– O referendo custou caro? Mais caro custaria afrontar a sociedade – argumentou.

Agripino declarou ter votado “sim” no referendo por princípios pacifistas, apesar de ter reservas “de ordem pessoal” com relação a essa opção.

Para ele, a vitória do “não” com quase 64% dos votos reflete a insegurança da sociedade, que não se sente protegida pelo Estado e não quis abrir mão da possibilidade de adquirir armas.

Para Zambiasi, referendo põe segurança em xeque

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou que o resultado do referendo coloca definitivamente a questão da segurança pública na ordem do dia de todos os governantes do país.

O senador, que manifestou sua opção pelo voto “não”, defendeu a importância do debate sobre o tema do desarmamento.

– Na minha opinião, o Estatuto do Desarmamento já é uma das leis mais restritivas do mundo, que, se aplicada adequadamente, produzirá os resultados que todos queremos, ou seja, menos armas nas ruas e maior conscientização entre a população – observou.



Sérgio Zambiasi

Iris assume “sim” como mãe, mulher e pacifista

Dois dias após a vitória do “não” no referendo sobre o desarmamento, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) declarou em Plenário seu voto “sim”. A peemedebista assumiu essa postura, conforme justificou, na condição de senadora, mãe, mulher e pacifista. E ressaltou ter sido a única pessoa de sua família a votar pelo “sim” na consulta realizada dia 23.

– Votei “sim” porque sou mãe, e só quem é mãe pode entender a dor da perda de um filho por arma em um acidente doméstico ou momento de cólera. Como mulher, percebo que a arma de fogo é, na maior parte das vezes, um poderoso elemento de coação do homem contra a mulher – explicou.

Apesar de ter convicções formadas



Iris de Araújo

em relação ao referendo, Iris de Araújo considerou que o debate entre partidários do “sim” e do “não” confundiu mais do que esclareceu. Para ilustrar o mal-entendido gerado na população, observou que muitos dos que votaram “não” acreditam que, a partir de agora, o cidadão estará livre para portar uma arma de fogo e sair por aí fazendo

acerto de contas.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a coragem da senadora em assumir sua posição depois da derrota do “sim” no referendo. Ambos concordaram que o governo federal desperdiçou os R\$ 600 milhões gastos na campanha do desarmamento, recursos que teriam sido mais bem aplicados se investidos em segurança pública.

Insegurança decidiu voto do eleitor, vê Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acredita que a vitória do “não” pode ser explicada pelo sentimento de insegurança da população e pela desconfiança em relação ao governo federal. A opinião foi expressada em pronunciamento na terça-feira da semana passada. O senador afirmou que a segurança pública no país faliu, de forma que em várias metrópoles os habitantes vivem com medo.

– A situação no Brasil se inverteu. Agora é o cidadão que precisa ficar preso em casa para se sentir seguro – constatou.

A incapacidade dos governos federal e estaduais de garantir a segurança do cidadão é, para Mozarildo, a principal razão de o “não” ter vencido em todos os estados. Ele disse também que o governo, que não estaria mostrando competência também na área social, tratou a questão do referendo menosprezando a inteligência do brasileiro.

Voto foi de protesto, considera Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) chamou a atenção para o recado dado aos políticos e aos governos federal e estadual pela vitória do voto “não” no referendo sobre a comercialização de armas. Além de ser um protesto contra as políticas públicas de segurança, o voto pelo “não” foi protesto contra a corrupção existente na classe política, avaliou Valadares.

O senador disse que os estados estão entregues aos ladrões, não apenas nas cidades, mas também no meio rural, especialmente os estados com grande extensão territorial e grandes vazios populacionais. Também os moradores dos grandes centros e de suas periferias sentem-se desprotegidos, na avaliação de Valadares. O parlamentar lembrou o caso das favelas, em que o cidadão, para sobreviver, faz acordos com os narcotraficantes para ter alguma paz, adotando a lei do silêncio.

PLENÁRIO

Raupp cobra início das obras de gasoduto

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo o início das obras do gasoduto que ligará a bacia petrolífera de Urucu, na Amazônia, à cidade de Porto Velho. Ele afirmou que o projeto está emperrado por falta de licença ambiental do Ibama.

Segundo Raupp, a pendência decorre da decisão do governo de criar na área um parque nacional, cujo anúncio foi feito um ano atrás, quando o pedido

de licença do gasoduto já estava no Ibama há três anos.

– Talvez não tenha sido, mas isso me parece de propósito – questionou o senador.

Raupp cobrou ainda o início de outras obras do setor elétrico para atender a região Norte, igualmente emperradas por causa do licenciamento ambiental. Citou entre os projetos o Complexo Hidroelétrico do Madeiro, com capacidade para produzir 7 mil megawatts.

Alberto Silva quer recursos para biodiesel

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) pediu que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento autorize o Banco do Nordeste a liberar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para os agricultores nordestinos que querem produzir biodiesel. Alberto Silva explicou que o BNB não liberou os recursos porque a semente de mamona brasileira foi desenvolvida para terras com altitude maior que 300 metros.

– Fiz experiências com técnicos da Embrapa em Teresina (PI), a 60 metros de altitude, e deu certo – observou o senador.

Alvaro Dias critica política para agências

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo Lula, que estaria ameaçando a sobrevivência das agências reguladoras em razão do corte de verbas, loteamento político e brutal oposição.

– Até agora, as cinco maiores agências só receberam 59% do orçamento aprovado para 2005. Em 2006, receberão 27% menos e a metade do que solicitaram – afirmou Alvaro Dias. O modelo de regulação, observou o senador, só faz sentido se houver independência. Do contrário, desestimula-se o investidor e perde-se eficiência com a falta de recursos.

Heloísa Helena pede protesto contra Bush



Para Heloísa Helena cidades estão sem água para gerar superávit e bajar os EUA

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) sugeriu que a população organize um protesto contra a visita do presidente dos EUA George Bush, que ocorrerá entre os dias 5 e 6 de novembro. Ela denunciou que municípios do seu estado estão há mais de 50 dias sem água porque o governo federal nega recursos para obras de infra-estrutura, com o objetivo de acumular superávit.

– Não sei se a bajulação e a subserviência são para comemorar a visita do grande assassino

da Humanidade, que é o Bush.

Ela também pediu ao governo federal que reabra as negociações com os trabalhadores que estão paralisados. “São muitos os trabalhadores das universidades que estão em greve, pela insensibilidade do governo. Mais uma vez faço um apelo ao governo federal pela reabertura das negociações, no sentido de que os trabalhadores do setor público, que estão em paralisação, possam retornar às suas atividades, garantindo a dignidade do seu trabalho.”

Tourinho: dívidas ficarão impagáveis

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que ficarão impagáveis as dívidas das prefeituras com o INSS se corrigidas pela taxa Selic, fixada pelo Banco Central, e não pela TJLP, como está no projeto que incorporou partes da chamada MP do Bem.

O senador César Borges (PFL-BA) comemorou decisão do TCU determinando que o governo federal pague a dívida acumulada com estados e municípios em função do não repasse de tributos arrecadados no âmbito do Refis 2. De acordo com César Borges, estados e municípios receberão cerca de R\$ 1,6 bilhão.

Sibá elogia ação de combate à exploração ilegal de madeira

O senador Sibá Machado (PT-AC) elogiou o Ibama, a Polícia Federal e o Ministério Público pelo combate à exploração ilegal de madeira, citando a Operação Ouro Verde, com 400 agentes da PF e 78 mandados em sete estados. No primeiro dia, disse Sibá, foram apreendidos 250 mil metros cúbicos de madeira, 159 veículos; presas 186 pessoas e emitidos R\$ 800 milhões em multas.

Paulo Octávio homenageia servidor público na data alusiva à categoria

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que o servidor, apesar da importância do seu trabalho, vive incerto sobre seus direitos. Para o senador, é muito fácil manipular a opinião pública, culpando os servidores pela ineficiência do Estado. Paulo Octávio lembrou que a entrada exclusiva por concurso profissionalizou a administração pública.

"SAIA-JUSTA" - A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) registrou seu desconforto com a incisiva sabatina aplicada em Genebra pela ONU sobre a Política Nacional de Direitos Humanos. Iris afirmou que o Brasil há cinco anos não entrega relatório sobre quantas pessoas já foram condenadas pelo crime de corrupção, deixando “constrangidos e atônitos” os representantes brasileiros.

TRANSPOSIÇÃO - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) atacou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, que anunciou o começo da transposição do rio São Francisco, ignorando o acordo com o bispo Luiz Flávio Cappio, que fez greve de fome contra as obras.

RECONCILIAÇÃO - Eduardo Suplicy (PT-SP) encampou sugestão do filósofo Renato Janine Ribeiro, expressada em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, de criação de uma comissão de reconciliação e paz para resolver desafios do cenário político brasileiro. O petista lembrou que uma comissão semelhante foi implantada na África do Sul, por sugestão de Nelson Mandela.

ENCONTRO - Leonel Pavan (PSDB-SC) comemorou o fato de a cidade de Imbituba, em seu estado, ter sido escolhida para sediar, em 2007, o 4º Congresso das Mais Belas Baías do Mundo. O evento, que conta com o patrocínio da Unesco, incentiva programas de desenvolvimento sustentável.

HOMENAGEM - Reginaldo Duarte (PSDB-CE) destacou os 60 anos da chegada do cearense José Linhares à Presidência da República. Então presidente do Supremo Tribunal Federal, Linhares assumiu o cargo após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, e permaneceu no posto até a posse de Eurico Gaspar Dutra, em 1946. José Linhares nasceu em Baturité (CE), em 1886.

Presidência



Formandos da Polícia Rodoviária Federal, em Campo Grande (MS), homenagearam na sexta-feira o presidente do Senado, Renan Calheiros. Parainfo da turma que recebeu o seu nome, Renan destacou a importância da categoria para a segurança pública. Para ele, o policial rodoviário zela pela vida dos motoristas, reprime o porte de armas e o tráfico de drogas e animais, além de atuar como educador. Presente ao evento, Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) elogiou o Centro de Treinamento do Centro-Oeste, um dos quatro do país.

Presidentes de tribunais superiores visitam Renan Calheiros

Um grupo de presidentes de tribunais superiores de Justiça dos países de língua portuguesa, liderados pelo ministro do STJ, Raphael Monteiro de Barros Filho, fez uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Viemos transmitir o que ocorreu durante o 6º Fórum de Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de Língua Portuguesa e quais as perspectivas do intercâmbio entre os juízes lusófonos – disse o ministro.

MOTOTÁXI – O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu a um grupo de mototaxistas esforçar-se para acelerar a votação da regulamentação da profissão e da isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra da motocicleta por esses trabalhadores.

BID pode financiar projetos na Amazônia, diz Tião Viana

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderá abrir uma linha de crédito específica para financiar projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. A sugestão foi dada na quinta-feira pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que recebeu, em seu gabinete, uma delegação formada por diretores-executivos alternos do

Brasil, do Canadá, da Alemanha e do Equador junto ao BID.

O diretor-executivo pelo Brasil junto ao BID, Arlindo Villaschi, convidou o senador Tião Viana e, por meio do parlamentar, o governador do Acre, Jorge Viana, para visitarem o BID, em Washington, e fazerem a sugestão pessoalmente aos demais diretores do banco.



Tião Viana (D) recebe delegação de diretores-executivos alternos do Brasil, do Canadá, da Alemanha e do Equador junto ao BID

PLENÁRIO

Ideli: MP incentivará construção civil

Ideli Salvatti (PT-SC) disse na quinta-feira que a próxima edição da MP do Bem – “a MP do Bem II” – poderá privilegiar a desoneração de produtos de consumo de massa, em especial os do setor habitacional. A informação, lhe foi dada pelo ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em reunião realizada no dia anterior.

Com a notícia, a senadora considera que ganha destaque a idéia que vem defendendo, de criar uma espécie de cesta básica de materiais de construção, uma lista de produtos de grande alcance popular, procurados principalmente por aqueles que fazem pequenas reformas, ou os chamados “puxadinhos”.

Na maioria das vezes, explicou a parlamentar, essas obras



Ideli lembra que construção autogerida já responde por 70% das obras, mas não é beneficiada pelos programas oficiais de crédito

são autogeridas (feitas pela própria família, com a ajuda de amigos e vizinhos), modalidade de construção que já representa 70% das edificações no país, mas não é enquadrada nos programas de financia-

mento estruturado do governo. Incentivar esse tipo de construção autogerida “tem resultados extremamente positivos, tanto no nível de emprego quanto no desenvolvimento econômico de qualquer país”, enfatizou Ideli.

Serys afirma que não há risco de apagão

Serys Shlessarenko (PT-MT) comemorou o anúncio de recursos para o setor elétrico feito pelo governo federal. Segundo ela, foram investidos, nos últimos 33 meses, R\$ 16,9 bilhões na expansão da infra-estrutura de energia elétrica. Foram implantadas 39 unidades geradoras em 15 usinas hidrelétricas e 36 unidades em 13 termelétricas.

Segundo a senadora, são mais de 11 mil megawatts de potência em operação, o que representa

um aumento de 12% na capacidade instalada de geração de energia elétrica do país. Serys acrescentou que, até o final deste ano, deverão entrar em operação mais 11 unidades geradoras em sete usinas hidrelétricas e térmicas. Outras 28 unidades geradoras, em 13 usinas hidráulicas e térmicas, começam a funcionar em 2006.

– No que se refere à energia elétrica, temos ampla segurança no Brasil graças às providências adotadas pelo governo Lula, que

não vai deixar se repetir agora a tragédia do apagão que tantos sacrifícios trouxe aos brasileiros no período do governo Fernando Henrique Cardoso – afirmou.

Sobre a situação das estradas federais em Mato Grosso, Serys disse ter assumido, como senadora, o compromisso de buscar soluções e, por isso, anunciava que a BR-364 se encontra hoje praticamente concluída, trafegável e servindo para o escoamento da produção do estado.

Serys elogia Agaciel por artigo feminista

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, foi elogiado pela senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), pelo artigo “Violência contra a mulher: basta!”, publicado no *Correio Braziliense*.

– Agaciel tem demonstrado

postura ímpar para

que eventos no Senado sobre violência e discriminação contra a mulher se realizem da melhor forma possível. Os artigos que ele escreve sobre a questão têm sido de extrema relevância – enfatizou.

No artigo, Agaciel lembra que, no Brasil, 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica e, no mundo, uma em cada três já foi vítima de algum tipo de agressão.



Agaciel da Silva Maia

MST busca no Senado orientação sobre biodiesel

Os senadores Alberto Silva (PMDB-PI) e Heloísa Helena (PSOL-AL) receberam representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que estiveram no Senado em busca de orientações sobre o projeto de produção de biodiesel. O movimento quer organizar os agricultores para implantar o projeto no assentamento do Pontal do Paranapanema (SP) de forma sustentável.

Segundo informou Alberto Silva, são quase cem pequenas associações que pretendem organizar miniusinas para a produção de óleo de mamona, biodiesel e adubo orgânico. O senador disse que projetos com esse objetivo já foram implantados nas cidades piauienses de Parnaíba, Buriti e Luiz Corrêa, com o apoio do Banco do Nordeste.

– Eles ficaram muito impressionados e querem entrar para o projeto. Vamos ajudá-los porque já temos todo o perfil da organização rural – observou Alberto Silva, que vai elaborar esboço de projeto aplicável ao assentamento do Paranapanema e oferecer ajuda técnica ao assentamento.

Senador celebra bons resultados do Fome Zero

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez um balanço do programa Fome Zero, considerando significativos os seus resultados até agora. Sibá afirmou que, embora não seja perfeito, o programa já tem o que comemorar.



Sibá Machado

– Com o Fome Zero, o Brasil passou a ter a primeira política nacional de combate à fome, que engloba produção de alimentos, acesso a alimentação adequada e transferência de renda com geração de trabalho e melhoria da qualidade de vida da população mais carente – afirmou.

Segundo o senador, desde 2003 o governo já destinou R\$ 27 bilhões para as ações de combate à pobreza por intermédio do programa. Com isso, foi possível atingir 8 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa-

Família, principal ação do Fome Zero. Além disso, o programa financia o pequeno agricultor, comprando alimentos no valor de até R\$ 2,5 mil anuais, distribuindo-os a famílias carentes. O Fome Zero implementou ainda 35 restaurantes populares e garante a merenda escolar diária a 37 milhões de crianças.

Segundo Paim, juros altos inviabilizam empregos

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a manutenção da política econômica de metas de superávit primário e de altas taxas de juros. Apesar de o Comitê de Política Monetária (Copom) ter reduzido recentemente a taxa, ela “é insatisfatória para a produção interna e para a geração de empregos”.

O superávit primário de janeiro a maio chegou a 3% do produto interno bruto (PIB), cerca de R\$ 78 bilhões, mas a dívida pública continuou a subir, chegando a R\$ 973 bilhões até

agosto de 2005, ressaltou.

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999, para reduzir a dívida pública e controlar a inflação, no entanto tem sido ruim para a economia, avaliou Paim. Ele observou que a inflação está sob controle, mas há mais desemprego e concentração de renda.

A taxa de juros, reduzida de 19,5% para 19%, “ainda é a mais alta do mundo, o dobro da da China, que vem em segundo lugar”, afirmou Paim. Isso compromete a indústria e leva à falência de empresas, disse.

Aelton lembra que jovens não conseguem ocupação

O senador Aelton Freitas (PL-MG) cobrou medidas mais enérgicas do governo federal para combater o desemprego entre os jovens. Segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese), publicado pela revista *IstoÉ*, 46% dos jovens estão à procura do primeiro emprego nas metrópoles do país, dificuldade que é maior para trabalhadores de baixa renda.

Além da falta de experiência profissional, os jovens carentes são obrigados a conciliar as jornadas de trabalho e estudo; levam desvantagem na exigência de requisitos de formação

especializada, como o domínio de outro idioma; e acumulam menor tempo de escolaridade. Detentor da quinta maior população jovem do mundo, o Brasil tem metade dos seus 34 milhões de jovens fora da escola, diz o estudo.

Segundo Aelton, o governo gasta cerca de R\$ 3,5 bilhões por ano em formação profissional, mas as ações são muito fragmentadas. Ele observou, por exemplo, que o Programa Nacional do Primeiro Emprego, criado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, só viabilizou, até agora, a contratação de 4.365 jovens sem experiência profissional.

ANEL RODOVIÁRIO - João Batista Motta (PSDB-ES) sugeriu ao ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, que ele transfira para a esfera do governo do Espírito Santo a finalização das obras de construção dos anéis rodoviários de Colatina (norte do estado) e de Vitória. Segundo o senador, as obras completaram 20 anos, como no caso de Colatina, e, por causa do atraso nos pagamentos, a dívida do governo federal com as empreiteiras supera R\$ 6 bilhões.

– As empreiteiras já afirmaram que não querem mais trabalhar para o governo federal e já pediram a rescisão dos contratos. A coisa é tão vergonhosa que todos os dias morrem várias pessoas nos trechos onde estão sendo construídos os anéis em Vitória e Colatina – advertiu.

POÇOS DE PETRÓLEO - O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) mostrou-se preocupado com o fato de apenas 3% do território nacional ter sido pesquisado para fins de prospecção de petróleo. Somente 20 mil perfurações foram feitas até agora, mesmo número de poços que o Canadá perfura anualmente, comparou. Ele acrescentou que nos Estados Unidos o número de perfurações já atinge 4 milhões.

– Estamos muito defasados, precisamos conhecer o nosso território e as nossas jazidas – afirmou Suassuna, ao comentar audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com o presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima.

DENÚNCIA CONTRA A FUNAI - O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ao Plenário ter enviado ao presidente Lula e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, denúncia contra funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Roraima que estariam tratando de maneira desumana e arrogante moradores que estão sendo desalojados da 35ª reserva indígena criada nas fronteiras com a Venezuela e Guiana, por decreto presidencial.

Mozarildo ressaltou que esteve recentemente no município de Iramutã, onde recebeu muitas queixas de moradores de um povoado anexado à reserva, todas relatando o mau tratamento que lhes é dispensado pelos funcionários da Funai.

Voz do Leitor

HORÁRIO DE VERÃO

"Quando a duração das noites é igual à dos dias não há excesso de claridade a ser aproveitada com a mudança de uma hora no relógio. Não faz sentido a adoção do horário de verão em locais próximos à linha do Equador, onde não há alteração na duração dos dias e das noites de acordo com a estação. Só onde há excesso de mais de 60 minutos de sol no verão é que se pode adiantar o relógio durante os meses em que isso ocorre. Em Brasília, por exemplo, no dia 15 de outubro, o Sol nasceu às 5h45 e se pôs às 18h10, ou seja, apenas 25 minutos a mais de luz solar, insuficiente para a mudança da hora. A claridade deslocada para o fim da tarde vai fazer falta no amanhecer, que será retardado mais do que se estivéssemos no inverno. Por isso é inútil a adoção do horário de verão em cidades como Brasília, muito menos com duração tão longa de 125 dias."

Roldão Simas Filho, de Brasília (DF)

VOTO E CASSAÇÃO

"Já que o cidadão é obrigado a votar nas eleições, o povo também deveria participar diretamente do processo para cassação dos direitos políticos de parlamentares por quebra de decoro."

Rogério Pereira de Lucena, de São Francisco (PB)

HEPATITE

"Tramita no Senado o projeto de lei da Câmara dos Deputados, apresentado pela ex-deputada Mariângela Duarte, que busca definir as diretrizes da Política de Prevenção e Atenção Integral à Saúde da Pessoa

Portadora de Hepatite, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Tal projeto revela a necessidade de uma política específica para os portadores de hepatite, pois há no país 3 milhões de infectados. Para uma política eficiente é preciso tratamento de lixo, requisito básico para evitar contaminação nos alimentos e na água. Cabe, ainda, incentivar a população a manter as cidades limpas."

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

DESPERDÍCIO DE ÁGUA

"Sugiro um projeto de lei para que empresas de lavagem de automóveis instalem um sistema de filtragem e purificação da água utilizada; ou um sistema de armazenamento para reutilização por meio de cisternas, caixas d'água e bombas sugadoras, com o volume de água controlado pela prestadora do serviço após estudo da demanda e do consumo; ou ainda um sistema de distribuição de água livre pactuada, semelhante à distribuição de energia elétrica."

Annibal Mendonça Filho, do Rio de Janeiro (RJ)

FÉRIAS

"Sugiro a apresentação de projeto propondo que funcionários, quando retornem de férias, possam solicitar, se desejarem, empréstimo no mesmo valor de seu salário, e dividir o pagamento desse débito em até 12 vezes. Hoje, o trabalhador tem de reservar o dinheiro das férias para pagar contas do mês seguinte e não tem condições de sair em férias com a família, tendo que ficar em casa."

Gédem Pereira Nunes, de Manhuaçu (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Afastado na terça-feira do mandato de senador por decisão do STF, João Capiberibe despediu-se em Plenário, ao lado da esposa, deputada Janete Capiberibe. Por quatro horas, tentou, em vão, com o apoio de dezenas de colegas, impedir o cumprimento da decisão judicial. Para surpresa geral, no entanto, retornou ao exercício do mandato na sexta-feira, por força de nova liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello, do mesmo STF



ROOSEVELT PINHEIRO

Pergunte ao Senador

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Marcelo da Silva, de Abre Campo (MG)

"Senador Wellington Salgado, por que a cobrança pela legalização das rádios comunitárias é tão grande, se o órgão que expedir as licenças não é eficiente? Há oito anos tento legalizar uma rádio em minha comunidade e até hoje não consegui."

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) responde:

Não há dúvida de que a questão é relevante e merece análise mais acurada. O procedimento para concessão do serviço de radiodifusão comunitária é complexo e só com mais informações sobre o caso poderíamos analisar por que não foi possível regularizar a situação dessa rádio em oito anos. Informo, ainda, que o dito procedimento encontra disciplina específica na Lei 9.612/98, que foi regulamentada pelo Decreto 2.615/98.



ADOÇÃO

Juliana Dias Braga, do Rio de Janeiro (RJ)

"Senadora Heloísa Helena, qual a sua opinião a respeito da adoção de crianças por casais homossexuais?"

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) responde:

Cara Juliana, sou totalmente favorável à adoção de crianças por casais homossexuais. O mais importante num processo de adoção é saber se quem se candidata a ele tem condições de oferecer um lar onde a criança possa ter amor e condições dignas de vida. A opção sexual não deve interferir nesse processo. É essencial que todas as etapas de avaliação e de acompanhamento do processo de adoção pelas instâncias competentes ocorram com respeito às leis e sem manifestação de preconceito pelos agentes do Estado envolvidos na questão.



DEFICIENTES

Veranice Dalvesco, de Dourados (MS)

"Senadora Lúcia Vânia, a Constituição brasileira em momento algum se refere ao deficiente como cidadão, apenas como pessoa portadora de deficiência. Essas pessoas também não são cidadãs e não merecem seus direitos garantidos? Além disso, a mesma preocupação que o governo demonstra com os deficientes físicos, deveria ter com os deficientes mentais."

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) responde:

Cara Veranice, sua preocupação com os direitos dos deficientes em nosso país também é a minha. Temos lutado muito, aqui no Senado, para aprovar projetos que garantam condições de vida mais dignas para eles. Mas é preciso mais. É necessário que a sociedade – e isso inclui o governo, o Legislativo e o Judiciário – acredite no potencial do portador de deficiência. O acesso à educação, à capacitação profissional e ao mercado de trabalho são direitos que todo cidadão tem, e que devem estar ao alcance do deficiente. É uma batalha que devemos travar juntos para que a palavra cidadania não deixe de fora nenhum brasileiro.



Frases

"Se o referendo custou caro, mais caro custaria afrontar a sociedade"

José Agripino, afirmando estar com a consciência tranqüila por ter ajudado a aprovar a realização do referendo.

"O 'não' não derrotou o 'sim'. Diria que o 'sim' e o 'não', somados, condenaram não apenas este governo, pelas promessas não cumpridas no campo da segurança pública, mas sucessivos governos, incluindo aquele do qual fui ministro e líder"

Arthur Virgílio, depois de revelar que votou "sim" no referendo e que repetiria o voto numa nova consulta.

"Nego com veemência e com convicção o desvio ético de que sou acusado, embora, caso tenha havido abuso de confiança, praticado por qualquer preposto meu, encarregado dos escritórios locais, não hesite em assumi-lo, por sempre ter agido de boa-fé"

Geraldo Mesquita Júnior, que imputou à perseguição política dos governos federal e do Acre a acusação publicada no *Jornal do Brasil* de que seus funcionários lhe entregavam 40% dos seus salários.

"Quem apedrejou Eduardo Azeredo deveria estar pedindo neste momento o impeachment de Lula"

Tasso Jereissati, em defesa do senador Eduardo Azeredo.

"Sinto que o senhor sofre porque está com a alma aprisionada. Nós não estamos, estamos com a alma liberta"

João Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, afirmando na acareação com Gilberto Carvalho que o ex-secretário da prefeitura de Santo André havia revelado à família a existência de caixa dois na prefeitura.

"Ao matá-lo na tortura e depois comunicar seu suicídio, a ditadura militar se suicidou. Aquele foi o princípio do fim melancólico dos que pensaram ser donos da vida e da morte dos brasileiros"

Eduardo Suplicy, sobre os 30 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo.



As irmãs cegas de Campina Grande (PB) mostram sua arte ao lado do grupo paulistano de cantoras Mawaca, em quatro espetáculos

As "encantadeiras" na TV Senado

Virgínia Rodrigues, Elisa Lucinda, Nega Gizza e o grupo paulista Mawaca são as estrelas do especial produzido pela TV Senado sobre o projeto Encantadeiras, idealizado por Lu Araújo e realizado pelo Centro Cultural Banco do Brasil, que exhibe partes da apresentação e depoimentos dos envolvidos. A atração estréia na sexta, às 22h30.

Apresentado em quatro espetáculos que misturam cantos tradicionais e contemporâneos, o projeto Encantadeiras é uma homenagem às mulheres brasileiras que promovem a paz por meio de seus cantos de trabalho, em variados contextos. Trabalhadoras rurais, rezadeiras, artesãs, cantoras de feira se juntam a profissionais da música para mostrar ao público de que forma seus cantos de

pedintes, acalantos, louvores e protestos são executados, muitas vezes solitariamente.

Depoimentos das artistas e trabalhadoras rurais são mesclados a números como *Canto de Ossanha*, de Baden Powell e Vinícius de Moraes, interpretado por Virgínia Rodrigues, e o *rap* de Nega Gizza. Horários do especial: sábado, às 16h e às 21h30, e domingo, às 15h30 e às 22h.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

O Brasil holandês de Maurício de Nassau

ALEXANDRE GUIMARÃES

O alemão Johan Maurits van Nassau-Siegen, ou melhor, o conde Maurício de Nassau, aportou em Pernambuco em 23 de janeiro de 1637. Sua comitiva era composta principalmente por artistas e cientistas. Nomeado governador da Nova Holanda, o Brasil Holandês, sua primeira preocupação foi estabelecer a área da colônia holandesa que, em seu auge, estendeu-se de Sergipe ao Maranhão.

O *Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, volume 43, das Edições do Senado Federal, é o relato histórico feito pelo poeta e ensaísta holandês Gaspar Barléu sobre o importante período para o Nordeste brasileiro.

O governo de Nassau representou uma época de melhorias para a região. Recife, a Mauritstaad, por exemplo, passou por inúmeros progressos urbanísticos. A preocupação com o desenvolvimento da ciência o fez construir a Casa da Boa Vista, um horto zoobotânico e o Observatório Astronômico de Georg Marcgrave, o primeiro das Américas e do Hemisfério Sul.

Durante os pouco mais de sete anos de governo, Nassau também pôde implementar uma democracia de povos de diversas origens. Brasileiros, portugueses, holandeses, fran-

ceses, italianos, belgas, alemães, flamengos e uma infinidade de judeus – pseudoneocrístãos – viviam em harmonia na Nova Holanda.

Em 22 de maio de 1644, o conde Maurício de Nassau retornou à Europa devido a divergências com a Companhia das Índias Ocidentais, que desejava imprimir à Colônia rumos distintos de seus desejos. No ano seguinte,



DIVULGAÇÃO BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

iniciava-se a Insurreição Pernambucana ou Guerra da Luz Divina, decorrente do descontentamento dos habitantes com a nova administração.

A obra é básica para o entendimento do período, além de ser a principal narrativa do governo de Nassau. *O Brasil Holandês* tem suas páginas enriquecidas pelas belas gravuras de época do pintor e desenhista holandês Frans Post.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *O Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, volume 43, das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Feira do Livro de Porto Alegre vai até dia 15

Começou na sexta-feira – e vai até o dia 15 de novembro – a 51ª Feira do Livro de Porto Alegre. O Senado, que participa do evento, confirmou para 11 de novembro, às 14h30, o lançamento do livro *Batalha de Caiboaté* – episódio culminante da Guerra das Missões, de Ptolomeu de Assis Brasil. A obra conta a história do combate ocorrido em 1756 entre 3.700 soldados portugueses e espanhóis contra uma comunidade guarani comandada pelo índio José Tiaraju, o Sepé. Além do seu líder, 1.300 indígenas perderam a vida.

O Senado também promove na feira, às 18h do dia 10 de novembro, uma sessão de autógrafos na qual o professor Henrique Savonitti Miranda apresentará seus três livros publicados pela Secretaria de Edições Técnicas do Senado: *Curso de Direito Administrativo*, *Curso de Direito Constitucional e Licitações e Contratos Administrativos*.

Foram agendadas ainda as da-

tas das apresentações de *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, espetáculo de teatro de bonecos mamulengo idealizado pelo funcionário da Secretaria de Editoração e Publicações (Seep), Josias Wanzeller da Silva. Ele levará a peça para a Praça da Alfândega, local de realização da feira, nos dias 3, 4 e 7 de novembro, às 11h30, para o público infantil, e no dia 5 de novembro, às 20h, para jovens e adultos. Estão sendo marcadas exposições em hospitais infantis e escolas carentes do Rio Grande do Sul.

Durante a Feira do Livro de Porto Alegre, o Senado lançará ainda o segundo número da coleção *Especial Cidadania*, publicação do *Jornal do Senado* que tem distribuição gratuita. O novo volume reúne, em 72 páginas, dicas sobre saúde. Também será distribuído o primeiro número da coleção, que traz, em 64 páginas, informações sobre os direitos garantidos ao cidadão brasileiro

em diferentes áreas.

A exposição de documentos históricos que o Senado sempre leva para os eventos literários dos quais participa contará com o diploma emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) em que atesta a eleição de Getúlio Vargas como senador do estado, em 1945, e resolução da Assembléia Geral Legislativa, de 1855, que estabelece os rios Mompétuba, Pelotas e Uruguai como divisas entre as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Entre os registros de interesse histórico nacional, serão exibidas cópias da Lei Áurea, das cartas-renúncia dos ex-presidentes Fernando Collor de Melo e Jânio Quadros, do termo de posse do presidente Lula e do diploma que o habilitou à Presidência da República, expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A Feira do Livro de Porto Alegre é a última que tem a participação do Senado neste ano.

Novo Especial Cidadania reúne dicas sobre saúde

As duas cartilhas do *Especial Cidadania*, reunindo reportagens publicadas na seção até março de 2005, estão disponíveis para leitura e cópia no site do *Jornal do Senado*, no endereço www.senado.gov.br/jornal. Para que as publicações sejam visualizadas na tela do compu-

tador, é necessário o programa Acrobat Reader, que lê arquivos no formato “pdf”.

Foram impressos, primeiramente, 5 mil exemplares da segunda coletânea, que serão distribuídos gratuitamente nas feiras literárias em que o Senado participa.



Conheça o Senado



Membros do Conselho de Comunicação Social têm mandato válido por dois anos, sendo permitida uma recondução

Mídia tem conselho no Congresso

Previsto pela Constituição de 1988, o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional responsável pela elaboração de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações na área, foi criado três anos depois, pela Lei 8.389/91.

Suas atividades, no entanto, só foram iniciadas em junho de 2002, com a realização da primeira eleição geral pelo Congresso Nacional.

Composto por representantes de empresas de rádio, televisão e imprensa escrita; por representantes das categorias profissionais de cinema e vídeo, jornal e rádio; um engenheiro

com notórios conhecimentos na área de comunicação social; e cinco representantes da sociedade civil, o conselho reúne-se no Congresso mensalmente.

Os membros do colegiado têm mandato válido por dois anos, sendo permitida uma recondução. Atualmente, o órgão é presidido pelo jornalista Arnaldo Niskier e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo –, Luiz Flávio D’Urso, que exerce o cargo de vice-presidente. Ambos ocupam as vagas destinadas a representantes da sociedade civil e foram eleitos em dezembro de 2004.

O Conselho de Comunicação

Social divide parte de seu trabalho em cinco comissões temáticas: regionalização e qualidade da programação; tecnologia digital; radiodifusão comunitária; TV por assinatura; e concentração na mídia.

As audiências públicas para a discussão de assuntos relevantes na comunicação social do país também compõem uma das fortes atividades do órgão. A última, realizada no dia 10 de outubro, foi sobre “A Ética e os Meios de Comunicação” e contou com a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Sueli Bastos e Thâmara Brasil.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Vidas à espera de doadores de órgãos

A medicina possui tratamento para quase todo tipo de doença, mas, em muitos casos, só a doação de órgãos, tecidos e sangue pode salvar vidas. Hoje, são cerca de 63 mil brasileiros aguardando um órgão, inscritos no Sistema Nacional de Transplantes, que reúne

em lista única todos os que necessitam do procedimento. São pessoas que aguardam na fila por sua última esperança de cura para males graves e crônicos que comprometem a qualidade de vida e até mesmo a sobrevivência.

O Brasil é o segundo país no mundo em

número de transplantes, atrás apenas dos Estados Unidos. Foram 14 mil em 2004, segundo o Ministério da Saúde. A boa notícia é que o Sistema Único de Saúde (SUS) cobre os custos das cirurgias e dos tratamentos. Em 2004, foram gastos pelo SUS R\$ 404 milhões.

No entanto, por medo ou desinformação, continua reduzido o número de doadores. Nesta edição, o *Especial Cidadania* traz esclarecimentos sobre o que fazer para ser um doador e ajudar aqueles que necessitam de um novo órgão para sobreviver.

Quem pode ajudar

▶ **Em vida** – É possível doar um rim; medula óssea; e parte do fígado ou do pulmão.

▶ **Após a morte encefálica** – É possível doar coração; rins; pulmões; fígado; pâncreas; intestino; córneas; partes da pele não visíveis; ossos; tendões; e veias.

A morte encefálica é a parada definitiva e irreversível do cérebro, incluindo o tronco cerebral. Embora ainda haja batimentos cardíacos, a pessoa com morte cerebral não pode respirar sem aparelhos e o coração não baterá por mais de algumas poucas horas. Os órgãos só podem ser aproveitados para doação enquanto ainda há circulação sanguínea, ou seja, antes que o coração deixe de bater. Se ele parar, só poderão ser doadas as córneas.

Para verificar a morte do cérebro, são feitos testes neurológicos clínicos e exames complementares.

▶ **Regras para doação em vida** – Por lei, pode ser doador em vida toda pessoa que tiver parentesco consanguíneo de até quarto

grau com o indivíduo que receberá o órgão transplantado. Isso inclui pais, irmãos, filhos, avós, tios e primos. Além desses casos, cônjuges podem fazer doações, e quem apresentar autorização judicial. Essa permissão é dispensada no caso de transplante de medula óssea. A doação por menores de idade é permitida somente com autorização de ambos os pais ou dos responsáveis. Pessoas não identificadas e deficientes mentais não podem ser doadores. Além disso, há restrições de idade e de saúde. Em geral, o doador deve ter até 60 anos. Para o caso de transplante de fígado, a idade do doador pode chegar a até 80 anos. É preciso fazer exames de HIV e de hepatite B e C. Também devem ser feitas provas de função hepática, de função renal e de função pulmonar.

▶ **A doação de órgãos após a morte** – A remoção de órgãos e tecidos para transplantes está prevista na Lei 10.211/01. A legislação determina que cabe exclusivamente à família a

autorização para o transplante, independentemente da vontade declarada com antecedência pelo doador. Por isso é importante o doador conversar com seus familiares, para que sua vontade seja respeitada no futuro. Os pacientes à espera de um órgão estão registrados no Sistema de Lista Única, conforme o Decreto 3.407/98. A seleção dos receptores é feita empregando-se vários critérios, como, por exemplo, a compatibilidade sanguínea.

▶ **Quem pode se beneficiar de transplante** – **coração:** os portadores de cardiomiopatia grave de diferentes origens (doença de Chagas, isquêmica, reumática, idiopática, miocardites); **pulmão:** os portadores de doenças pulmonares crônicas por fibrose ou enfisema; **fígado:** os portadores de cirrose hepática por hepatite, álcool ou outras causas; **rim:** os portadores de insuficiência renal crônica por nefrite, hipertensão, diabetes e outras doenças renais; **pâncreas:** os diabéticos que tomam insulina (diabetes tipo I) em geral, quando estão com doença renal associada; **córneas:** os portadores de ceratocone, ceratopatia bolhosa, infecção ou trauma de córnea; **medula óssea:** os portadores de leucemia, linfoma e aplasia de medula; **osso:** pacientes com perda óssea por certos tumores ósseos ou trauma; **pele:** os pacientes com grandes queimaduras.



Como funciona o sistema de captação de órgãos

Paciente com diagnóstico de morte encefálica internado em hospital é doador em potencial. A família é informada da possibilidade de doação dos órgãos. Caso ela concorde, uma série de exames são feitos para confirmar o diagnóstico. A notificação da morte encefálica é obrigatória por lei.

A Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (Central de Transplantes) é notificada e repassa a informação para uma Organização de Procura de Órgão (OPO) da região. A OPO se dirige ao hospital e examina o doador, revendo a história clínica, os an-

tecedentes médicos e os exames laboratoriais. A viabilidade dos órgãos é avaliada, bem como a sorologia para afastar doenças infecciosas e a compatibilidade com prováveis receptores.

A OPO informa a Central de Transplantes, que emite uma lista de receptores inscritos, compatíveis com o doador. No caso de transplante de rins, deve-se fazer ainda uma nova seleção por compatibilidade imunológica ou histológica. A central, então, informa a equipe de transplante e o paciente receptor nomeado. Cabe à equipe médica decidir sobre a utilização ou não do órgão.

Esclarecimentos sobre transplantes

▶ **Como é feito o diagnóstico de morte encefálica?** É realizado em etapas. Primeiro, é feito o diagnóstico clínico, que deve ser repetido após seis horas de observação. Em seguida, deve ser confirmado e documentado por meio de exames (eletroencefalograma, angiografia cerebral, entre outros).
▶ **Qual é a diferença entre morte encefálica e coma?** No coma, o encéfalo ainda está vivo e executando suas funções rotineiras, ainda que com dificuldade. Com a morte encefálica, essas funções não podem mais ser executadas.
▶ **O que é a Central de Transplantes?** O nome completo do órgão é Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos. É o setor da secretaria

de saúde de cada estado responsável por organizar e coordenar todos os assuntos relacionados com a notificação dos potenciais doadores, a captação dos órgãos, a locação dos órgãos doados e a realização dos transplantes.
▶ **O que acontece com os órgãos após sua retirada?** São transportados em recipientes estéreis para o centro que realizará o transplante.
▶ **Como a família pode doar os órgãos?** Os familiares são consultados por uma equipe de captação de órgãos. A doação somente poderá ser feita após a assinatura, pelos familiares, do Termo de Doação de Órgãos e Tecidos.
▶ **Como é a cirurgia para a retirada dos órgãos?** É feita uma

cirurgia como qualquer outra, sendo realizada com todos os cuidados de reconstituição do corpo, obrigatório por lei.
▶ **E o corpo após a doação?** Ele fica como antes, sem qualquer deformidade. O doador poderá ser velado e sepultado normalmente.
▶ **Quem recebe os órgãos e tecidos doados?** Os órgãos do potencial doador serão transplantados nos pacientes inscritos na lista única.
▶ **A família do doador tem alguma despesa com a doação?** Não.
▶ **Como devo expressar meu interesse em ser doador?** Informe sua família sobre seu desejo. Não há necessidade de documento ou qualquer registro formal sobre a sua decisão.

Informações

Disque-Transplante: 0800-883 2323

Disque Saúde: 0800-61 1997

Disque Medicamentos:
0800 644 0644

Sistema Nacional de Transplantes
Espalanada dos Ministérios, Bloco G,
sala 933 - 70058-900 - Brasília (DF)
Tel.: (61) 315-2021
www.saude.gov.br/transplantes

Instituto Nacional de Câncer - Inca
Praça Cruz Vermelha 23, Centro
20230-130 - Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2506-6000
www.inca.gov.br

Centro Nacional de Transplante
de Medula Óssea - Cemo
Praça Cruz Vermelha, 23, 7º andar
20230-130 - Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2506-6000

Registro Nacional de Doadores de
Medula Óssea - Redome
Rua Sacadura Cabral, 178, Anexo 4,
4º andar, Bairro Saúde
20221-161 - Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2253-0031

Associação Brasileira de
Transplantes de Órgãos - ABTO
Avenida Paulista, 2.001, 17º andar
Conj. 1.704/1.707, Cerqueira César
01311-300 - São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3262-3353 3263-0313
www.abto.org.br

Associação Médica Brasileira - AMB
Rua São Carlos do Pinhal, 324,
Bairro Bela Vista
01333-903 - São Paulo (SP)
www.amb.org.br

Aliança Brasileira pela Doação de
Órgãos e Tecidos - Adote

Rua Sete de Setembro, 274, 7º
andar, sala 5
96015-300 - Pelotas (RS)
Tel.: (53) 222-9010
www.adote.org.br

Sociedade Brasileira de
Transplante de Medula Óssea
- SBTMO

Rua Bambina, 56, sala 202,
Botafogo - 22251-050 -
Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2266-4655
www.sbtmo.org.br

Associação Brasileira dos
Transplantados de Fígado e
Portadores de Doenças Hepáticas
www.transpatica.org.br

Telefones das Coordenadorias
Estaduais de Transplante:

Alagoas: (82) 351-6157

Bahia: (71) 3356-6776

Ceará: (85) 3101-5238

Distrito Federal: (61) 3325-5055

Espírito Santo: (27) 3235-1028

Goiás: (62) 225-3894

Maranhão: (98) 219-1093

Mato Grosso: (65) 623-9004

Mato Grosso do Sul: (67) 321-8877

Minas Gerais: 30130-007

Pará: (91) 224-8100

Paraíba: (83) 244-6192/6157

Paraná: (41) 232-5740

Pernambuco: (81) 3421-1311

Piauí: (86) 3221-7533

Rio de Janeiro: (21) 2587-6111

Rio Grande do Norte: (84) 232-7620

Rio Grande do Sul: (51) 3217-1616

Santa Catarina: 0800-643-7474

Sergipe: (79) 3259-2899

São Paulo: (11) 3064-1649